

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 12

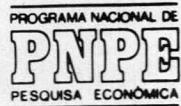
URBANIZAÇÃO, TERCIARIZAÇÃO E ESPAÇO

Maurício Borges Lemos

Agosto de 1982



Esta publicação foi impressa
com a colaboração da ANPEC
e o apoio financeiro do PNPE



3.30.191.3

L557u Lemos, Maurício Borges
1982 Urbanização, terciarização e espaço. - Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG,
1982.
55p. - (Texto para Discussão; 12)
1. Economia urbana. 2. Economia Regional. I. Título. II. Série
CDU 330.191.3
330.191.4

SUMÁRIO

Página

1. INTRODUÇÃO	1
2. AS TEORIAS ESPACIAIS	3
2.1 As teorias intra-espaciais	8
3. O ESPAÇO E AS LEIS DE DINÂMICA CAPITALISTA EM MARX ...	10
3.1 A concentração e centralização do capital	10
3.2 Capital em geral versus capital em sua realidade .	12
4. TRABALHO PRODUTIVO VERSUS IMPRODUTIVO (OU MERCADORIAS VERSUS SERVIÇOS)	15
4.1 Conceito de trabalho produtivo nas "teorias"	15
4.2 Valor e custos de circulação	19
4.3 Valor e valor de troca: a representação do valor de troca no espaço-tempo	27
4.4 Trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho pro dutivo e improdutivo	35
5. URBANIZAÇÃO, TERCIARIZAÇÃO E ESPAÇO	42
5.1 Processo de concentração e centralização e a produ ção de serviços	46
6. CONCLUSÃO	49
NOTAS	50

URBANIZAÇÃO, TERCIARIZAÇÃO E ESPAÇO

Maurício B. Lemos*

1 - INTRODUÇÃO

A evolução do capitalismo desde os primórdios nos Séculos XVII e XVIII até o Século atual tem sido marcada por uma constante e permanente redistribuição espacial das atividades econômicas, repercutindo diretamente nos movimentos migratórios locais, inter-regionais e internacionais. Simplificadamente podemos separar este processo de redistribuição espacial em dois fenômenos que embora interdependentes, conseguem representar instâncias analíticas específicas: de um lado temos o problema "urbano" (ou da urbanização) e de outro, o problema "regional".

A problemática urbana pode ser pensada em dois aspectos fundamentais. O primeiro consiste no fato de que a evolução do capitalismo determinou desde os primórdios até os dias atuais um movimento de urbanização no sentido da transferência de atividades e populações rurais para a cidade ou o que dá no mesmo, consistiu no movimento Campo x Cidade envolvendo tanto a desruralização do campo (isto é, redução relativa e absoluta das atividades rurais) quanto a urbanização das cidades (isto é, a concentração absoluta e relativa e transformação das atividades econômicas das cidades em atividades urbanas).¹

O segundo aspecto resulta da tendência à centralização urbana que ocorre paralelamente ao processo referido de concentração. Basicamente, a centralização consiste no desenvolvimento desigual dos centros urbanos que implica na concentração relativa (e às vezes absoluta) das atividades econômicas em grandes centros urbanos. Este movimento que convergiu no Século XX para a formação de grandes metrópoles tanto no centro quanto na periferia do mundo capitalista não é tipicamente linear: na verdade, coexiste com processos parciais de descentralização mas caminham

* Técnico do CEDEPLAR-UFMG.

do na soma global, para a centralização (por exemplo, fortalecimento dos médios centros e das metrópoles em detrimento dos grandes e pequenos centros urbanos).

O problema "regional", por seu turno, se subdivide em duas abordagens básicas, isto é, a regional propriamente dita e a internacional que envolve o relacionamento econômico entre os países com todas as especificidades daí decorrentes.

O primeiro problema, isto é, a questão regional propriamente dita, consiste na histórica tendência ao desenvolvimento desigual inter-regional, vale dizer, consiste na tendência à centralização espacial das atividades econômicas em determinada(s) região(ões) de um mesmo país. Este fenômeno manifestou-se claramente na Europa (e, especialmente, na Inglaterra), nos Estados Unidos e em todos os países da periferia capitalista. No Brasil, os índices de centralização mostraram-se extraordinariamente altos: somente São Paulo chegou a responder por cerca de 45% de toda a produção industrial e agrícola do país (1970) sendo 58% correspondentes à produção industrial e 22% à produção agropecuária.

O segundo problema, por seu turno, envolve o desenvolvimento desigual a nível internacional e consiste na tendência à centralização das atividades econômicas em determinados países ("centro") em detrimento dos demais (a periferia). Tal tendência, defendida em passado recente pelos autores Cepalinos, foi teórica e empiricamente debatida (e negada) por autores de matizes ideológicos os mais variados. Entretanto, a realidade é, em si mesma, irrefutável. Mais de trinta anos depois do famoso "Estudos Econômicos para a América Latina", os velhos problemas levantados pela CEPAL continuam, mais do que nunca, atuais. Mesmo se considerando que alguns países da "periferia" capitalista apresentaram taxas de crescimento iguais ou superiores ao "Centro" (Brasil e Coreia do Sul, por exemplo), a média de crescimento do primeiro grupo de países foi inferior à média do "Centro". Ainda assim, as exceções à regra (isto é, os países periféricos que apresentaram taxas de crescimento superior à média) foram conseguidas às custas de um notável endividamento externo como bem assinalam Aníbal Pinto e Knackal.²

Em resumo, pode-se considerar que o advento e a evolução do capitalismo determinaram um processo permanente de redistribuição das atividades econômicas no espaço. A esse respeito é correto afirmar como M. Santos³ que a cada momento da divisão social do trabalho, tem-se um determinado padrão espacial de distribuição das atividades econômicas.

A direção do processo de redistribuição é bastante nítida: por um lado, ela implica na crescente concentração urbana que implica na redução absoluta e relativa das atividades rurais. Por outro, ela resulta no desenvolvimento desigual interurbano, inter-regional e internacional o que implica na centralização das atividades econômicas em grandes centros urbanos ou em determinadas regiões polarizadoras ou países.

Tendo em vista o exposto acima, tentaremos examinar e discutir em caráter evidentemente exploratório, as seguintes questões: Primeiro, como explicar, teoricamente, a tendência à concentração e centralização espaciais, o que implica na consideração do vasto espectro de teorias Econômicas que, eventual ou sistematicamente, analisem o problema espacial. Segundo, determinar a contribuição real ou potencial do marxismo para a análise espacial. Terceiro, determinar as possíveis interconexões teóricas entre a problemática "urbana" e a problemática "regional".

2 - AS TEORIAS ESPACIAIS

As teorias sobre o espaço são as mais variadas, analisando, por vezes, ângulos os mais distintos e específicos. Na verdade, isto reflete a grande insuficiência de todas elas no tratamento do assunto. Entretanto, a grosso modo, poderíamos subdividir o vasto espectro de teorias em dois segmentos razoavelmente definidos. Num primeiro, teríamos as teorias que discutiriam o problema da troca no espaço, seja do ponto de vista inter-regional, internacional ou mesmo, abstratamente, considerando apenas a troca entre pontos no espaço. No segundo segmento teríamos a análise dos fluxos econômicos intra-regionais ou intra-urbanos cujo papel analítico seria o de estabelecer os pressupostos internos das

relações de troca externas. Nesse sentido, os dois segmentos são analiticamente complementares embora não tenham tido, via de regra, tal objetivo.

A teoria neoclássica das vantagens comparativas constitui o principal corpo teórico que se propõe a discutir e explicar a troca inter-regional ou internacional. Seu ponto de partida foi Ricardo⁴ que pensou sistematicamente no problema. Segundo Ricardo, o princípio que norteava o sistema de trocas inter-regional e internacional consistia nas vantagens comparativas de produtividade. Assim, as nações ou regiões produziriam para a troca justamente aquelas mercadorias cujo valor-trabalho fosse relativamente reduzido e importariam aquelas com custo em valor-trabalho relativamente alto (produzido internamente) e relativamente baixo, quando importado.

As dificuldades de Ricardo surgiam na medida em que se propunha explicar porque determinadas regiões ou países detinham vantagens comparativas na produção de certas mercadorias. É claro que sua teoria de renda diferencial das minas e da terra contribuía para uma explicação plausível de boa parte do fluxo de troca no comércio internacional que consistia em produtos agropecuários ou minérios. Entretanto, na medida em que se introduziam os bens industriais, especialmente aqueles que a análise weberiana chama de bens "leves",⁵ a teoria Ricardiana tornava-se pouco plausível. Até um certo ponto, as vantagens comparativas eram debitadas à imobilidade do trabalhador e dos capitalistas.⁶

Tem-se aqui o ponto de partida para a neoclasseificação do princípio das vantagens comparativas. Segundo os neoclássicos, a falha do argumento de Ricardo está na simplificação de considerar o trabalho. O único fator de produção e fonte geradora de valor. Na verdade haveriam de ser considerados outros fatores, especialmente o capital e suas diversas modalidades. Assim o princípio das vantagens comparativas passava a ser uma consequência direta da dotação relativa de fatores de produção existentes numa região ou num país. E, contrapartida necessária desta conclusão, os fatores de produção têm de ser absolutamente imóveis no espaço inter-regional ou internacional, inclusive, o capital e o trabalho.⁷

O resultado da análise neoclássica acaba se tornando uma "geografia de recursos" onde as especializações e as relações interespaciais são meras consequências da distribuição geográfica dos recursos produtivos. Implicitamente é claro, a hipótese neoclássica não deixa de ser profundamente reacionária na medida em que aplicada na análise das relações econômicas internacionais: de um certo modo, os países "centrais" são desenvolvidos pela maior capacidade de seus gerentes e operários que, infelizmente, não estão interessados em emigrar para a periferia.

A teoria das vantagens comparativas oferece - felizmente - vários pontos criticáveis a começar pela indeterminação do modelo, especialmente na versão de Ohlin.⁸ Mais importante, entre tanto, é a vulnerabilidade do conceito de capital como fator de produção, tão criticado na conhecida controvérsia de Cambridge. Na realidade, o conceito neoclássico de capital confunde-se ora com o conceito de capital-dinheiro, ora com o conceito de capital-mercadoria ou mesmo como capital-produtivo. Em qualquer destas versões, o que inclui a concepção marxista que define o capital como uma relação social em permanente metamorfose, a hipótese da imobilidade é totalmente inverossímil inclusive no plano internacional.

Em oposição à teoria das vantagens comparativas, a CEPAL desenvolveu a concepção da "troca desigual" que adquiriu os significados os mais distintos, dependendo do autor e do contexto em que foi elaborada. Resumidamente, a concepção cepalina da "troca desigual" propunha uma desigualdade imanente nas relações de troca entre o centro e a periferia capitalistas. Esta desigualdade expressava-se, em primeiro lugar, pela queda secular nos termos de intercâmbio das mercadorias produzidas e exportadas pela periferia. Em segundo lugar, a "periferia" não conseguia ir além da exportação de produtos primários ao passo que o centro - privilegiado - possuía pauta de exportação diversificada com predomínio dos produtos manufaturados mais dinâmicos. Em terceiro lugar, a própria estabilidade dos termos de intercâmbio durante um certo período pode envolver uma troca desigual na medida em que a evolução da produtividade do trabalho no centro é sistematicamente su-

perior à da periferia.^{8a}

As críticas apresentadas ao esquema cepalino são inúmeras começando pelo questionamento da evidência estatística da queda secular dos termos de intercâmbio,⁹ ou mesmo da tradicional subdivisão entre exportadores de manufaturados ("centro") e de produtos primários ("periferia").

Independentemente de tais questionamentos, o fato líquido e certo é o de que a troca desigual no sentido da desigual evolução da produtividade dos produtos intercambiados - que consta como a terceira hipótese cepalina - aparece, de um certo modo, como verdade incontestável da realidade capitalista. Tal mecanismo pode ser observado tanto nas relações de troca intersetoriais - a esse respeito, ver por exemplo, S. Silva¹⁰ analisando a troca desigual entre agricultura e indústria - quanto naquelas especialmente interespaciais¹¹ e resulta "naturalmente" da própria dinâmica do capitalismo. Além do mais, o esquema proposto é suficientemente rico para prescindir de pressupostos rígidos e arbitrários do tipo dos modelos estáticos Ricardianos, adaptados para a análise da troca interespacial.¹²

Abordando este tema por outro ângulo, diríamos que determinados espaços econômicos - sejam sub-regiões, regiões ou países - participam, através da troca de mercadorias, do sistema econômico capitalista. Esta inserção explica-se basicamente pela vantagem comparativa - isto é, pelo diferencial relativo de produtividade - adquirido por cada espaço econômico. O diferencial de produtividade explica-se fundamentalmente por dois conceitos: o primeiro consiste na "Renda Natural", isto é, consiste nas vantagens de produtividade diferenciais ou absolutas apropriados pelos espaços econômicos. Em Ricardo, esta renda é pensada exclusivamente na forma diferencial (renda das minas e da terra) ao passo que em Marx, é pensada em termos de renda diferencial I e II e renda absoluta.¹³

Por outro lado, o diferencial de produtividade que não se explica pela existência da "renda natural" tem de ser explicado, necessariamente, pela ocorrência da "renda espacial", ou seja, pela vantagem de produtividade decorrente da forma e da intensi-

dade de distribuição das atividades econômicas no espaço. E o diferencial, como tentaremos mostrar na parte IV deste estudo, deve-se aos custos unitários dos serviços mais baixos, dada a sua especificidade e essencialidade na dinâmica de reprodução capitalista dos espaços econômicos.

Por ora, no entanto, interessa-nos a simples proposição do conceito de "renda espacial" uma vez que a idéia da troca desigual adquire um novo e mais interessante significado. Na verdade, o crescimento desigual da produtividade entre o centro e a periferia - base objetiva da troca desigual - explica-se porque esta - ou seja, a periferia - exporta fundamentalmente produtos primários cuja vantagem comparativa dá-se apenas pelo diferencial de produtividade "natural" ou, em outras palavras, pelo usufruto puro e simples da "renda natural". Em contrapartida, o "centro" exporta de terminados produtos - manufaturados ou até mesmo primários - cuja vantagem comparativa estabelece-se pela forma e intensidade de distribuição das atividades econômicas no espaço, ou seja, pelo usufruto da "renda espacial". Enquanto a primeira é estática e reprodutível em termos ampliados apenas em alguns casos especiais,¹⁴ a segunda é essencialmente dinâmica e cresce normalmente com a acumulação. Assim, os espaços econômicos que vivem do dinamismo de sua "renda espacial" tendem a crescer a um ritmo mais rápido que os demais, seja pelas vantagens locacionais imanentes que os tornam pólos de expansão capitalista, seja pelas crescentes facilidades para a sua reprodução simples e ampliada.

É em parte devido a esta última característica que países absolutamente pobres em recursos naturais, como o Japão, são capazes de adquirí-los em abundância ao passo que países extremamente ricos em recursos naturais - por exemplo, Brasil, Argentina, Venezuela - apresentam sérios problemas em sua capacidade para importar. Diga-se aliás que os países da "periferia capitalista" - quase todos com problemas de balanço de pagamentos - sofrem um problema crônico de escassez de recursos¹⁵ e a razão se deve à sua forma de inserção na divisão internacional do trabalho que envolve uma troca essencialmente desigual.¹⁶

Embora não seja objeto de desenvolvimento neste estudo,

é digno de nota o fato de que a atual pobreza das análises sobre o capitalismo brasileiro ou mesmo latino-americano deve-se ao abandono do marco cepalino, isto é, da proposta de analisar e entender o capitalismo periférico como um tipo específico de economia capitalista subordinada a grilhões tipo "troca desigual".¹⁷

Na realidade, implícitos no conceito de "Renda Espacial" estão os mecanismos efetivos de concentração e centralização espacial das atividades econômicas. Urge explicá-las para o que é necessário a recorrência à análise intra-espacial.

2.1 - As teorias intra-espaciais

A teoria da localização agrícola desenvolvida por Von Thünen¹⁸ constitui a primeira tentativa razoavelmente sistemática de formulação do conceito de "Renda Espacial". Sinteticamente, a proposta de Von Thünen consiste na mensuração do custo de transporte do produto agrícola do ponto em que foi produzido até o centro urbano em que é consumido, abstraindo as diferenças de fertilidade entre as terras agrícolas. O diferencial entre o preço de mercado e o custo de produção - incluindo o custo de transporte - fornece o sobre lucro transformável em renda espacial.¹⁹

Proposição interessante, o desenvolvimento neoclássico da teoria de Von Thünen seguiu, evidentemente, caminhos tortuosos e desinteressantes,²⁰ ao invés de introduzir novas e importantes variáveis para a análise espacial como o mercado de trabalho e de insumos da moderna agricultura capitalista.²¹

Os insumos são na verdade incorporados por Alfred Weber²² em sua teoria da localização industrial. Segundo Weber, dados os custos de transportes, o peso do produto final e dos insumos e a localização das fontes de matérias-primas e dos mercados consumidores, a localização ótima consistiria num problema de minimização de custos.²³ A despeito da simplificação, a análise de Weber tem capacidade explicativa para alguns tipos de localização industrial. A esse respeito, é de muita utilidade o seu índice de matérias-primas que mede o peso da(s) matéria(s) prima(s) em relação ao peso do produto final: maior do que um - o que significa

que a matéria-prima perde peso no processo de produção - a tendência é a de localização junto à fonte de matérias-primas; menor ou igual a um, a localização tende para o centro consumidor.²⁴

Apropriada pelos neoclássicos, a teoria da localização weberiana torna-se crescentemente atomística e abstrata convergindo para sistemas de programação linear objetivando a minimização dos custos de transporte. De outra parte, as exceções à regra estabelecidas por Weber, ou seja, aquilo que ele chamou de "Economias de Aglomeração" foram relegados a segundo plano, o que invadiu o desenvolvimento de uma teoria mais complexa da localização industrial e, indiretamente, do conceito de "renda espacial".²⁵

2.1.1 - O conceito de lugar central

Lösch²⁶ e Cristaller²⁷ são os principais responsáveis pelo conceito de lugar - central, muito importante para a evolução da análise intra-espacial. O princípio se baseia fundamentalmente na idéia de indivisibilidade e escala mínima para a concretização dos empreendimentos econômicos. Como derivação, cria-se o conceito de umbral (área de mercado) necessário para a rentabilidade máxima do empreendimento. Assim, a área de mercado que, necessariamente, vai configurar o entorno de determinada produção de bens e serviços deverá oscilar segundo a escala mínima (aqui implícita a subtração do custo de transporte).²⁸ Quanto maior a escala mínima, maior (e, possivelmente mais extensa) será a área de mercado necessária para a viabilização de determinada produção.

De um certo modo, o esquema não deixa de ser interessante e deixa claro que a distribuição das atividades econômicas no espaço - quaisquer que sejam - é sempre discreta (isto é, descontínua) na medida em que o pressuposto de qualquer tipo de produção é, de um lado, a localização em um determinado ponto e de outro, a existência de um não-espaco contíguo ao ponto.²⁹ Assim, o espaço econômico estrutura-se de forma descontínua a partir de um conjunto de pontos (lugares-centrais), cada qual hegemonizando determinado não-espaco (área de mercado).

A insuficiência do conceito de lugar-central mostra-se evidente ao se constatar a linearidade e simetria do espaço Löschiano. Para isso, é necessário a suposição de um determinado tipo de concorrência (monopólio) em cada ponto o que colide em grande medida com a realidade que, não raro, apresenta a concentração em determinado ponto de várias empresas concorrentes.³⁰ Além do mais, o esquema não fornece nenhuma sugestão de dinâmica, isto é, não indica se a tendência da configuração espacial e de centralização (redução do número de pontos e aumento da área de mercado) ou de descentralização (aumento do número de pontos e consequente redução da área de mercado). Em outras palavras, o modelo do lugar-central de Lösch-Cristaller é eminentemente estático, o que define sua deficiência básica.

Na verdade, acreditamos que somente fazendo a diferenciação conceitual entre mercadorias e serviços é possível a rentabilização do conceito: em certo sentido, o lugar-central é, fundamentalmente, um ponto produtor de serviços como, corretamente, sugerem Berry e Garrison.³¹ A partir desta distinção é que seria possível abandonar uma abordagem estática do lugar central - leia-se centro urbano - da qual nem mesmo autores críticos como Castells³² e Caraggio³³ conseguiram escapar e assim analisar, numa perspectiva dinâmica, o processo de concentração e centralização urbano.

3 - O ESPAÇO E AS LEIS DE DINÂMICA CAPITALISTA EM MARX

3.1 - A concentração e centralização do capital

A questão é: até que ponto o processo de concentração e centralização do espaço econômico articula-se com o processo de concentração e centralização do capital?

O conceito de concentração do capital, em Marx, identifica-se com a acumulação - segundo ele, "ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração dessa riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em consequência, a base da produção em grande escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas".³⁴ Por outro lado, a acu-

mulação aparece através da repulsão recíproca de muitos capitais individuais, o que define o conceito de centralização. "Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, o qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alterações na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando. O capital se acumula aqui nas mãos de um só porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita que não se confunde com a acumulação e a concentração".³⁵

Subjacentes a ambos os processos, estão as bases da produção especificamente capitalista, ou seja, a produção em grande escala cujo nível mínimo tende sempre a crescer: "Hemos visto ya cómo un mínimo determinado y siempre creciente de capital en las manos de los capitalistas individuales es por un lado premisa necesaria y, por otro, resultado permanente del modo de producción específicamente capitalista. El capitalista debe ser propietario o usufructuario de médios de producción a escala social, en una cuantía de valor que haya perdido toda relación con la producción posible del individuo o de su familia. El mínimo de capital es tanto mayor en un ramo de la industria cuanto más se explota este de manera capitalista, cuanto más desarrollada esta en el la productividad social del trabajo".³⁶

Articula-se assim concentração e centralização, com o aumento da escala social e da produtividade que constitui o princípio móvel fundamental do capitalismo. Nesse sentido, o aumento da escala social, que se revela um aspecto essencial da dinâmica capitalista, pode aparecer como uma lei de movimento do capital no espaço. Vale dizer, se temos por referência um espaço discreto löschiano, podemos afirmar que o processo de concentração e centralização do capital traz, através do aumento da escala social mínima, uma tendência à redução de pontos e consequentemente, à centralização das atividades econômicas em poucos pontos no espaço.

Aparentemente estariamos aqui diante de uma explicação "lógica" e "articulada" dos fenômenos espaciais. Em certo sentido, a lei de movimento do capital no espaço seria mero reflexo do movimento do capital em geral, evitando, dessa forma, maiores problemas teóricos. Entretanto, a dificuldade surge ao constatarmos que a tendência à redução de pontos no espaço consiste efetivamente, numa tendência à centralização espacial de apenas uma atividade econômica. Ceteris paribus, isto não vai além do fato de acelerar a tendência à divisão espacial do trabalho, por sua vez, mero reflexo da divisão social do trabalho que o capitalismo tende, normalmente, a desenvolver.

Na verdade, o que temos de analisar é porque o capital tende a concentrar um conjunto de atividades em determinado ponto do espaço (seja este ponto um centro urbano, uma região ou um país) e não a tendência crescente à especialização e troca entre os pontos. Afinal de contas, os grandes centros urbanos modelam-se como pólos que recebem empresas e indústrias concorrentes assim como as regiões polarizadoras tendem a concentrar a maior parte da indústria nacional. Tal como colocado, o princípio da crescente escala mínima explica não propriamente a concentração espacial das atividades mas até pelo contrário, explica a crescente necessidade do desenvolvimento da troca interespacial.

Parece pois, evidente que os pressupostos do movimento do capital em geral são insuficientes para a determinação de sua dinâmica espacial. Na realidade a insuficiência, veremos mais adiante, não se prende a nenhuma deficiência teórica das leis de movimento definidas por Marx e sim à própria inadequação do contexto teórico em que foi concebida.

3.2 - Capital em geral versus capital em sua realidade

O livro I de O Capital buscou discutir o capital em sua forma "pura" livre das seqüelas e "imperfeições" da realidade. Assim, Marx desvincilhou-se de todos os fatores irrelevantes para a determinação das leis de dinâmica do capitalismo.

Dentre estes, destaca-se a evidente simplificação que

resultou na redução do trabalho complexo ao trabalho simples. A justificativa se encontrava no completo ajustamento dos conceitos e leis fundamentais do Livro I a todo tipo de trabalho desde o conceito de mais valia, mais valia absoluta e relativa até a "lei geral de acumulação". Uma outra simplificação por demais conhecida é a concepção de "trabalho social médio": os trabalhadores em seu processo de trabalho são relativamente mais ou menos produtivos, diferenças que dependem de fatores fortuitos ou objetivos como as diferenças no maquinário utilizado ou dos diferenciais de fertilidade da terra.

Como Rosdolsky,³⁷ entendemos que todos estas simplificações se deveram à própria proposta metodológica do Livro I que buscou determinar as leis gerais de movimento do capital, válidas, portanto, para o capital em geral e, por isso, não modificável perante situações concretas. Por outro lado, no Livro III, abrir-se-iam os vários planos de estudo do capital "em sua realidade", isto é, a nível dos "vários capitais", o que inclui as várias modalidades e possibilidades de "rateio" da mais valia (remuneração capital industrial, comercial e financeiro) até o relaxamento da hipótese simplificadora do "trabalho social médio".

A esse respeito, o estudo da renda da terra é elucidativo uma vez que discute o diferencial de produtividade do trabalho entre terras de diferente fertilidade. Da mesma forma, o estudo do movimento do capital no espaço consiste na determinação da "renda espacial", ou mais precisamente, na determinação das vantagens locacionais (de produtividade) que levam à concentração espacial das atividades econômicas.

Define-se assim o plano metodológico de estudo do capital no espaço: ele é, fundamentalmente, o estudo do capital "em sua realidade" que, teoricamente, teria lugar no Livro III de "O Capital". Implicitamente, fica evidente que qualquer tentativa de analisar o problema espacial a partir do contexto metodológico do Livro I é insuficiente e incorreto, erro de que não escapa a maioria dos teóricos da troca desigual.³⁸

Na verdade, tal como exposto, o estudo do problema espacial não envolveria maiores dificuldades teóricas do que, por

exemplo, construir uma nova modelagem da questão financeira face à sua grande modificação atual em relação à época de Marx. Infelizmente, o problema é bem mais complexo e inclui as ambigüidades e dificuldades teóricas do próprio Marx na definição de trabalho "produtivo" e "improdutivo". No primeiro caso, ou seja o do trabalho "produtivo", temos produção de mais valia e portanto, estamos localizados no contexto metodológico do Livro I. No segundo, somos guindados a instâncias concretas de circulação e reprodução do capital e, portanto, objeto de estudo no contexto metodológico do Livro III.

A importância desta discussão decorre de algumas propriedades espaciais do trabalho "improdutivo" (serviços) e que, devidamente definido, poderia fornecer uma base teórica realmente sólida para a questão espacial. A passagem abaixo de Singer mostra bem algumas das características espaciais dos "serviços":

"(...) Urbanização é mais do que o resultado da migração rural. Ela implica na formação de redes urbanas, fortemente polarizadas por grandes cidades, ao redor das quais se formam áreas metropolitanas. E os núcleos destas áreas, por mais estranho que pareça, não são constituídos por concentrações industriais, mas por complexo de serviços. Na configuração urbana típica, o centro metropolitano é formado por um conjunto de serviços de controle (...) ao redor dos quais se organizam outros serviços que atendem necessidades da população (...). A grande indústria tende a se afastar do centro metropolitano, localizando-se em sua periferia, em geral ao longo dos eixos de comunicação (...). O que hoje em dia 'organiza' a aglomeração urbana é sem dúvida o complexo de serviços, que constitui a sua razão de ser. Segue-se daí que o gigantismo urbano, que se manifesta sob a forma de 'megalópolis' que se multiplicam tanto nos países industrializados como nos não-desenvolvidos, é, de certo modo, fruto da 'terciarização' da economia e da sociedade".³⁹

No que se segue, procuraremos discutir o próprio conceito de "serviço" para tentar mostrar que o que Singer confere validade para "hoje em dia" resulta do esquema mais geral da evolução do capitalismo desde alhures até os dias de hoje. Em última

análise, acreditamos que são os "serviços" que organizam e estruturam o espaço econômico a despeito de sua "improdutividade" ou incapacidade dinâmica de liderar o processo de acumulação.

4 - TRABALHO PRODUTIVO VERSUS IMPRODUTIVO (OU MERCADORIAS VERSUS SERVIÇOS)

4.1 - Conceito de trabalho produtivo nas "teorias"

Segundo Marx, "El único trabajo productivo es el trabajo que produce plusvalia o que sirve al capital de medio para producir plusvalia y transformarse por consiguiente, en capital, en valor productivo de plusvalia".⁴⁰ "Podemos llamar, pues, productivo el trabajo que se cambia directamente por dinero considerado como capital (...)"⁴¹ Assim, Marx deixa bastante claro que "de todo lo expuesto se desprende que el carácter específico del trabajo productivo no se halla vinculado para nada al contenido concreto del trabajo, a su utilidade especial, al valor de uso determinado en que se traduzca".⁴²

Com isso, descarta-se de uma das concepções smithianas de trabalho produtivo, a saber, a exigência de que o produto do trabalho se expresse numa "coisa", isto é, num valor de uso material. Ao contrário, define-se que o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho vai ser dado pelo tipo de relação social existente. Por exemplo, um médico que preste serviços pessoais de atendimento é improdutivo a despeito da utilidade e necessidade do seu trabalho enquanto que o médico assalariado de um hospital privado é produtivo na medida em que produz mais valia para seu patrão.

Nas palavras de Rubin: "O trabalho é considerado produtivo ou improdutivo não do ponto de vista de seu conteúdo, ou seja, quanto ao caráter da atividade de trabalho concreta, mas do ponto de vista de sua forma social de organização, de sua compatibilidade com as relações de produção características de determinada ordem econômica da sociedade. Marx observou com freqüência esta característica. Isto distingue claramente sua teoria das teorias convencionais sobre o trabalho produtivo que atribuem um pa-

pel decisivo ao conteúdo do trabalho".⁴³

Três problemas derivam, de imediato, desta definição. O primeiro é que a delimitação do trabalho produtivo através da forma social de organização é uma definição inútil e não operacionalizável do ponto de vista da análise do capitalismo concreto. Cria-se, na verdade, um verdadeiro trauma metafísico em tentar-se definir a produtividade ou improdutividade, por exemplo, de um estabelecimento que produza serviços a partir de um, dois ou dez trabalhadores assalariados. Nessa perspectiva, a despeito de seu pomposo nome, o trabalho produtivo é menos um definidor adequado do potencial produtivo e de acumulação e mais um indicador social do avanço das relações de produção capitalistas. O segundo problema é a evidente incoerência de Marx ao diferenciar, arbitrariamente, os trabalhadores autônomos produtores de serviços daqueles produtores de mercadorias. Segundo ele, ao comprar-se, por exemplo, os serviços de um professor, mesmo que seja para uma melhor capacitação profissional, não altera em nada seu caráter econômico que continuará sendo um gasto com trabalho improdutivo. Ao mesmo tempo, ele se indaga: "y en qué caso se hallan los obreros o los agricultores que trabajan solos y no producen, portanto, como capitalistas? Puede ocurrir, como acontece siempre con el agricultor que sean productores de mercancías, los cuales venden. Es indiferente que el artesano trabaja por encargo y el agricultor nos suministre sus productos con arreglo a sus disponibilidades. Para nosotros estos productores serán vendedores de mercancías y no vendedores de trabajo;* su situación no tiene, por tanto, nada que ver con el cambio del capital ni, por consiguiente con la distinción de trabajo productivo e improdutivo, distinción basada pura y simplemente en el hecho de que el trabajo se cambia, en un caso, por dinero como tal dinero, y en el otro por dinero como capital. Aun produciendo mercancías, estos obreros no son productivos ni improdutivos, pues su producción no entra dentro del marco del tipo de producción capitalista".⁴⁴

A única diferença entre o professor ou mesmo o médico

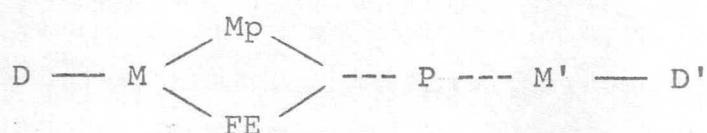
* - Grifo nosso.

que presta serviços e o artesão e o agricultor encontra-se no fato de que nestes últimos, seu produto aparece como mercadoria, isto é, como coisa material e não como serviço, isto é, como trabalho imaterial não expresso numa coisa. Marx aqui se contradiz, uma vez que se não interessa o valor de uso específico do produto do trabalho, não há porque não considerar os camponeses e artesãos, igualmente, trabalhadores improdutivos.

Aparentemente, a concepção acima de trabalho produtivo desenvolvido em "teorias sobre la Plusvalia" como também no "Capítulo Inédito" está em nítida contradição com a concepção sobre os trabalhadores empregados no comércio e nas agências bancárias e de crédito.⁴⁵ Embora tais atividades sejam eminentemente capitalistas e assalariem o trabalho com o objetivo de obter lucro, Marx não considera tais trabalhadores produtivos. À primeira vista, além de contraditório, isto poderia sugerir um certo resquício materialista na medida em que comércio e crédito não trariam quaisquer transformações físicas das mercadorias que permitissem a materialização do trabalho.

A saída de Marx está em sua distinção entre capital produtivo e capital empregado no processo de circulação. No final do apêndice sobre trabalho produtivo e improdutivo nas "Teorias" ele diz: "Aqui no nos hemos referido más que el capital productivo, es decir, el capital directamente empleado en el processo de producción inmediata. Mas adelante nos ocuparemos del capital en el processo de la circulación. Y cuando tratemos del capital comercial, veremos hasta qué punto los obreros que trabajan para el son productivos o improductivos".⁴⁶

Trata-se aqui da concepção do capital como um processo em permanente metamorfose cíclica e que define a fase de produção e a fase da circulação. No caso do ciclo do capital-dinheiro, temos, por exemplo:



onde o ponto de partida (o capital-dinheiro) metamorfoseia-se em capital produtivo através da compra de meios de produção e força

de trabalho. Encerra-se assim uma das fases de circulação e entra-se, durante um certo tempo, na fase de produção. Ao final do período, temos um novo produto-mercadoria M' que passa a existir sob a forma de capital-mercadoria e assim penetra-se em nova fase de circulação que só se encerra com a metamorfose de M' em D' , cumprindo-se a finalidade precípua do capital que é a valorização expressa na forma $D' = D + \Delta D$.

Segundo Marx, o trabalho empregado pelo capital produtivo na fase de produção é produtivo ao passo que aquele empregado nas fases de circulação, seja na forma de capital-dinheiro, seja na forma de capital-mercadoria é improdutivo.

Aparentemente, esta definição se nos apresenta perfeita e irretocável já que fase de produção e fase de circulação são perfeitamente diferenciáveis. Afinal de contas, é na base desta diferenciação que se definiu a subdivisão do capital em três livros envolvendo a discussão em separado do processo de produção e de circulação (respectivamente Livro I e II) e a sua discussão conjunta no Livro III.

Dois problemas, no entanto, logo vem à baila: o primeiro e mais importante é a explicação teórica para a conceituação do trabalho empregado no comércio e no crédito como improdutivo. Desde logo, afasta-se aqui a pseudo-explicação de que as remunerações do capital-dinheiro e do capital-mercadoria constituem uma subtração da mais valia produzida pelo capital produtivo. É claro que, em sua forma pura, o capital-dinheiro e o capital-mercadoria são remunerados exclusivamente pela sua capacidade de espera e antecipação do capital adiantado - em oposição ao capital aplicado - no processo de metamorfose do capital.⁴⁷ No entanto, o que estamos especificamente discutindo é o fato de que o capital-dinheiro e o capital-mercadoria são remunerados não só pela sua capacidade de espera e antecipação - no que passam a ser sócios do capital produtivo - mas pela eventual ou sistemática aplicação de trabalho em seus negócios. E a nossa questão é entender porque este trabalho é improdutivo, ou seja, entender porque não produz mais-valia, remunerando-se (tal como o capital-dinheiro e o capital-mercadoria em sua forma pura) através de uma subtração

da mais valia, isto é, aquela produzida pelo trabalhador produtivo.

O segundo problema é que passamos a ter dois conceitos de capital produtivo, definido nas "teorias" por meio da relação social de produção e definido nos Livros II e III de "O Capital" por meio do conceito de capital produtivo.

A nossa hipótese é a de que Marx não tem uma definição clara e precisa sobre este assunto o que, quase como uma decorrência inevitável, levou a uma série de incoerências e contradições em suas análises não só sobre a discussão do trabalho produtivo (ou improdutivo) no contexto da "produção" e da "circulação" como também a discussão do trabalho produtivo em geral. Daí, a grande confusão que permanece até hoje na literatura marxista ou mesmo na eterna discussão entre marxistas e não-marxistas.

4.2 - Valor e custos de circulação

Marx no Livro II de "O Capital", ao analisar os custos de circulação distingue dois tipos de custos do ponto de vista da eventual geração de valor e mais valia. "A lei geral é: todos os custos de circulação que decorrem apenas da mudança de forma não acrescentam a este valor. São apenas custos para realizar o valor, para fazê-lo passar de uma forma para outra. O capital despendido nestes custos (inclusive o trabalho que ele comanda) pertence aos custos improdutivos necessários da produção capitalista".⁴⁸ Estes custos seriam, segundo ele, os gastos com contabilidade e o tempo gasto em compra e venda para efeito das metamorfoses M-D e D-M. "A mudança de forma custa tempo e força de trabalho, mas não para criar valor e sim para efetuar a conversão de uma forma de valor em outra".⁴⁹

Por outro lado, haveria, segundo Marx, custos de circulação que dada a sua natureza, seriam processos de produção dentro da circulação. Neste caso, os custos seriam geradores de valor e mais-valia. Por exemplo, na indústria de transporte, pode-se considerar que "o transporte não aumenta a quantidade de produtos. Se eventualmente altera as qualidades naturais destes, es-

sa alteração não é efeito útil almejado, e sim mal inevitável. Mas, o valor de uso das coisas só se realiza com seu consumo, e este consumo pode tornar necessário deslocamento delas, o processo adicional da produção da indústria de transporte. Assim, o capital produtivo nele aplicado acrescenta valor aos produtos transportados, formado pela transferência de valor dos meios de transporte e pelo valor adicional criado pelo trabalho de transporte. Este valor adicional se divide, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e em "mais-valia".⁵⁰ "A indústria de transporte constitui ramo autônomo da produção e, por consequência, esferra particular de emprego de capital produtivo. Singulariza-se por aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação".⁵¹

Um outro tipo importante de custos seria o custo de conservação e armazenagem também classificados por Marx como "processos de produção que prosseguem na circulação, ficando o caráter produtivo dissimulado pela forma circulatória".⁵² "Esses custos de circulação se distinguem (...) por entrarem, até certo ponto, no valor das mercadorias, encarecendo-as portanto".⁵³

Destas redefinições de Marx, destacam-se sérios problemas. O principal deles é que a elegância e o rigor da definição anterior (capital produtivo versus capital na circulação correspondendo respectivamente a trabalho produtivo e improdutivo) é inteiramente perdida com a introdução do conceito de "produção dentro da circulação". A razão encontra-se no fato de que os processos que podem ser considerados, ou não, produtivos, dentro da circulação são eminentemente arbitrários, sujeitos às vicissitudes do pesquisador que os defina. E é claro, tal como na concepção de trabalho produtivo nas "Teorias", reinstala-se o reino da metafísica. Naquelas, a transformação de uma produção autônoma em produção com trabalho assalariado (por exemplo, a contratação de um trabalhador) pode rigorosamente transformar o trabalhador autônomo em trabalhador produtivo. Agora, qualquer tendência de determinado tipo de trabalhador no sentido de promover a metamorfose da mercadoria pode significar um ato improdutivo em meio a uma eventual função produtiva.

Na realidade, a própria definição de Marx ("todos os custos de circulação que decorrem apenas da mudança de forma") de trabalho improdutivo é ambígua já que qualquer custo de circulação é realizado com o único intuito de promover a metamorfose da mercadoria, até mesmo o custo de transporte. Se "o valor de uso das coisas só se realiza com seu consumo" que pode tornar necessário o deslocamento delas, o transporte aparece também como um fator necessário exclusivamente à própria metamorfose e é em função de la que é realizado. Ou seja, o problema que a definição de Marx enfrenta não é apenas de ambigüidade na definição de uma fronteira entre os custos de circulação que criam ou não valor mas, principalmente, o de pretender que determinados custos, realizados exclusivamente com o objetivo de promover a metamorfose, sejam produtivos.

Por exemplo, a necessidade de exportar de um ponto para outro uma mercadoria pode se prender ao esgotamento do mercado local que levaria, caso não houvesse a exportação (e o transporte), à formação de estoques invendáveis. Aliás, esta questão fica mais clara, ainda, ao analisarmos os custos de conservação e armazenagem que Marx - não sem um certo melindre - considera produtivos. Aqui, a fronteira entre estoques voluntários e involuntários é bastante débil já que não existe uma fronteira nítida - especialmente no capitalismo - entre as necessidades normais ("técnicas") de estocagem e os custos anormais, indesejados ou improdutivos de estocagem como, por exemplo, Marx tenta estabelecer nessa passagem: "O estoque de mercadorias só é normal enquanto for apenas condição da circulação de mercadorias e forma necessariamente surgida nesta circulação, enquanto essa estagnação aparente for portanto forma de giro do mesmo modo que a formação de reserva de dinheiro é condição da circulação de dinheiro. Se, entre tanto, as mercadorias se detêm nos depósitos de circulação, não cedendo lugar à onda da produção que vem depois, se os depósitos por tanto ficam abarrotados, expande-se o estoque de mercadorias em virtude da parada da circulação do mesmo modo que os tesouros crescem, quando se paralisa a circulação do dinheiro. Então, o estoque de mercadorias não é condição de venda ininterrupta, mas con

sequência da impossibilidade de vender as mercadorias. Prosseguem os mesmos custos, mas, decorrendo eles agora apenas da forma, isto é, da dificuldade dessa metamorfose, não entram no valor da mercadoria, mas representam descontos, perda de valor na realização do valor".⁵⁴

O argumento não deixa de possuir um certo artifício mas acaba por gerar grandes transtornos teóricos. Imaginemos que um comerciante, acostumado a um determinado ritmo de expansão da procura por sua mercadoria, tenha uma política de adiantar - com base neste ritmo - o processo de formação de estoques que passa a ter idêntica taxa de expansão. Entretanto, por qualquer fator que quebre este ritmo de procura (concorrência, crise geral etc.) os estoques podem se acumular além do previsto o que nos levaria, segundo Marx, a custos improdutivos. Por outro lado, se o ritmo de crescimento da procura, ao invés de cair, subir, o comerciante desfarse-á mais rapidamente de seu estoque de mercadoria o que lhe permitirá reduzir o custo médio de estocagem. Qual o verdadeiro custo de estocagem? O previsto, o realizado acima do previsto (na 1ª hipótese), ou o abaixo do previsto (na 2ª hipótese)?

Se a resposta optar pelo custo previsto temos a seguinte situação:

a) Suponhamos que o valor da mercadoria incluindo custo de produção e de circulação seja x.

b) Na 1ª hipótese (queda do ritmo da procura) a mercadoria realizou-se pelo seu valor (x) embora tenha sido necessário o acréscimo de custos improdutivos de Δx pagos pela mais valia produzida contida em x.

c) Na 2ª hipótese (aumento do ritmo da procura), o valor da mercadoria não é x mas, digamos x - Δx sendo Δx a redução do custo médio de estocagem. x, no caso, seria um valor provável tendo em vista uma previsão subjetiva do comerciante que não se concretizou.

É evidente, no exemplo, que o valor previsto ("normal") não é o valor da mercadoria uma vez que na possibilidade de uma boa venda (2ª hipótese) ele não chega a ser produzido. Assim, se não podemos considerar o valor previsto, temos de optar pelo va-

lor realizado. Neste caso, fica claro que qualquer custo que objetiva promover a metamorfose M'-D' seria produtivo, isto é, aumentaria o seu valor, o que contradiz frontalmente a concepção de Marx sobre o capital produtivo e improdutivo na circulação.

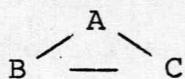
Entretanto, "o buraco, a esse respeito, é ainda mais em baixo". Se optamos pelo valor realizado, temos de abandonar, nada mais nada menos, do que todo o plano metodológico de "O Capital" na medida em que não seria mais possível distinguir entre processo de produção e processo de circulação. E neste caso, a discussão do valor no Livro I, concebida inteiramente como uma instância analítica separada da realização, não passaria de uma metafísica sem sentido uma vez que o valor só poderia existir em sua plenitude enquanto valor realizado. E não ficaria só nisso, todo o Livro II teria de ser virtualmente abandonado já que sua problemática é a do valor que circula, ou seja, do valor que pode ou não ser realizado, questão fundamental, por exemplo, dos esquemas de reprodução que se diferenciam bastante da ótica da demanda efetiva presente em Keynes e Kalecki.⁵⁵

Nesse ponto, a questão que se coloca é o abandono da própria teoria do valor em detrimento de uma concepção um tanto mais vulgar do valor, pensado, exclusivamente, como valor de troca,⁵⁶ ou senão, abandonar o conceito de "produção dentro da circulação". Aqui, toda a dificuldade deve consistir na explicação teórica do porque custos de circulação tais como transportes e conservação são tão improdutivos quanto outros como contabilidade, por exemplo.

O que podemos dizer já que vamos aprofundar o assunto mais adiante é que os custos de circulação consistem na preservação e prolongamento da mercadoria no espaço ou no tempo ou em ambos, isto é, no espaço-tempo. Nesse sentido, mesmo considerando que o espaço-tempo pode ser cristalizado (por exemplo, através da relativa estabilidade na circulação de uma mercadoria de um ponto a outro ou através da estabilidade no tempo médio de venda) o prolongamento da mercadoria num ou outro ou em ambos é sempre um fato eventual, um mal necessário que o capital sempre tentará evitar. Além do mais, os custos de circulação que envolvem o prolonga-

gamento da mercadoria no espaço-tempo podem aumentar ou diminuir independente da evolução da produtividade do trabalho nas atividades de circulação. Isto porque, sob o capitalismo,⁵⁷ a despeito da sua relativa cristalização, o prolongamento da mercadoria no espaço-tempo deve refletir as contradições sociais, políticas e a própria anarquia do sistema, o que torna o custo de circulação um fator variável, eventual e/ou incerto.

Imaginemos, para exemplificar, três pontos no espaço, A, B e C e uma mercadoria (o aço).



Digamos que as condições de produção nos três pontos sejam idênticas e que B forneça carvão, C o minério de ferro e A seja, apenas, um mercado consumidor do aço. Considerando que a siderúrgica deva se localizar necessariamente num dos três pontos, a localização ótima seria aquela que minimizasse os custos de transportes assim considerados: Optando-se por A, teríamos o custo de transporte do carvão de B para A mais o do minério de C para A que, somados, dariam uma quantia a. Optando-se por B, teríamos o custo de transporte do minério de C para B mais o transporte do aço de B para A que no total daria b. Optando-se por C, teríamos o custo de transporte do carvão de B para C mais o custo de transporte do aço de C para A que no total daria c. Consideremos que $a > b > c$ o que conferiria a C o ponto de localização ótima. No entanto, a despeito da tendência do capital ser a de instalar-se em C, isto é um processo relativamente eventual sujeito às vicissitudes do imponderável, da anarquia do capitalismo ou mesmo das condições sociais ou políticas. Assim, se por alguma destas razões, a siderúrgica se instalasse em A, teríamos um desperdício de a - c equivalente ao diferencial do custo de transporte.

Chamemos de x o valor da produção do aço em qualquer um dos três pontos. Adicionando-se o custo de circulação (restrito ao custo de transportes) teríamos a seguinte situação:

$$\text{Valor de troca em A} = x + a$$

$$\text{Valor de troca em B} = x + b$$

$$\text{Valor de troca em C} = x + c$$

Segundo sugere a proposição de Marx, o valor de troca do aço deveria ser $x + c$ (solução ótima) a partir do qual haveria custos adicionais improdutivos; $b - c$ no caso de uma localização em B e $a - c$ no caso de uma localização em A. A questão é que, ao contrário do processo direto de produção onde o capitalista tende a se aproximar da produtividade "normal", e, portanto, do valor da mercadoria, o nosso problema envolve uma solução ótima cuja determinação é distinta. Em sentido estrito, ela é independente de quaisquer processos produtivos ou mesmo do grau de eficiência com que o capitalista explora sua força de trabalho.

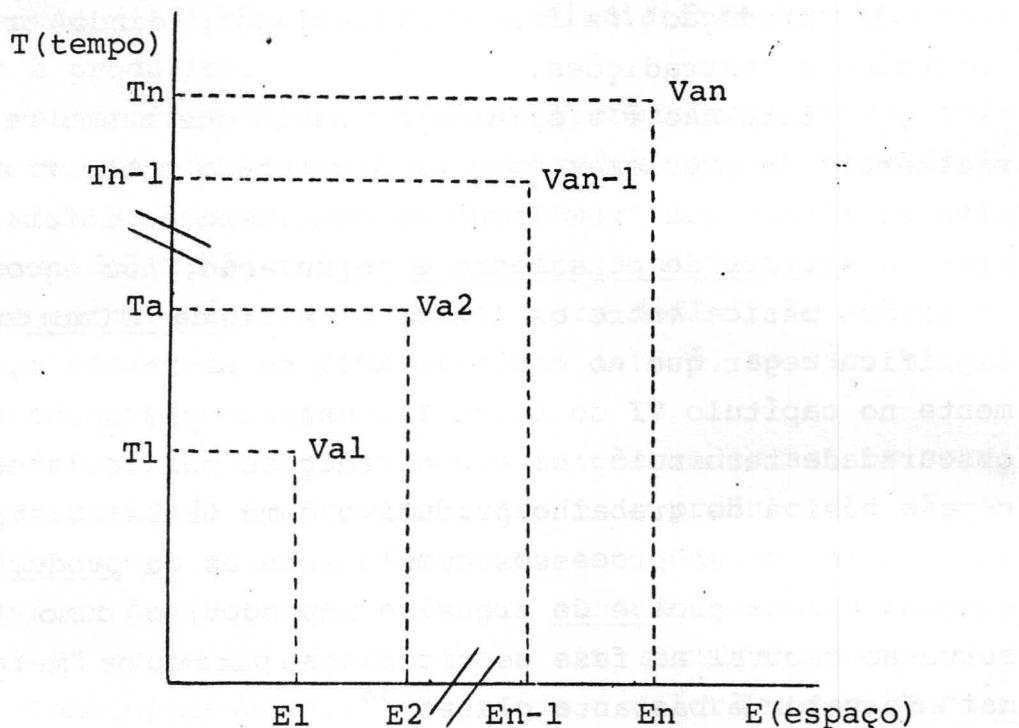
Na realidade, o movimento que leva o capital a convergir para o ponto C (por exemplo, deslocando-se de A para C) representa, aqui, o movimento do capital no espaço que permitiria uma eficiência maior do sistema embora não às custas de um aumento da produtividade do trabalho. Na medida em que esta solução ótima não é estática, isto é, é sempre recriada pelo próprio sistema capitalista, o movimento do capital em direção à solução ótima pode resultar numa redução do "valor" da mercadoria sem quaisquer alterações na produtividade. Digamos que, no exemplo, a solução ótima fosse, inicialmente, em B e que, tendo em vista alguma mudança em C (por exemplo, C passou a ser também um mercado consumidor de aço além de produtor de minério) teríamos um deslocamento da solução ótima de B para C. Assim, se o valor do aço era de $x + b$, reduz-se para $x + c$ na medida em que a produção de aço relocaliza-se em C.

A conclusão é clara: o deslocamento da mercadoria no espaço-tempo (seja pelo tempo de estocagem, seja pela circulação no espaço) decididamente não cria valor uma vez que pela lei do valor, sua mudança em determinada mercadoria requer, necessariamente, mudança na produtividade do trabalho. A razão teórica para este fato, que tentaremos discutir mais adiante, encontra-se na separação nítida e clara - feita pelo próprio Marx - da fase da produção em relação à fase da circulação, cada uma delas apresentando propriedades específicas e determinadas.

A esse respeito, vale observar que os chamados "serviços" discutidos nas "Teorias" apresentam importantes peculiaridades

ria. Supondo-se, para simplificar, uma certa linearidade na evolução da mercadoria de forma que a um determinado ponto no espaço corresponda um ponto distinto no tempo, teremos n valores correspondentes aos pares ordenados $[E_1, T_1]$, $[E_2, T_2]$ ----- $[E_n, T_n]$ (ver Figura 1).

FIGURA 1



Estes n valores serão distintos ou não de forma que $Val < Va_2 < \dots < Van-1 < Van$. Suponhamos a existência de outra mercadoria (B) cujo prolongamento no espaço-tempo leva aos valores de troca $Vbl < Vb_2 < \dots < Vbm-1 < Vbm$ correspondendo a m pares de pontos no espaço-tempo. Generalizando, imaginemos uma Késima mercadoria correspondendo a s pontos no espaço-tempo tal que $Vkl < Vk_2 < \dots < Vks-1 < Vks$. Teremos, então, K vetores de valores de troca, cada qual contando n, m ... ou s valores de troca:

$$A = \begin{bmatrix} Val \\ Va_2 \\ \dots \\ Van-1 \\ Van \end{bmatrix}, \quad B = \begin{bmatrix} Vbl \\ Vb_2 \\ \dots \\ Vbm-1 \\ Vbm \end{bmatrix}, \quad \dots, k = \begin{bmatrix} Vkl \\ Vk_2 \\ \dots \\ Vks-1 \\ Vks \end{bmatrix}$$

vro III (separado da fase da produção e da circulação) representa um grande passo para a definição de trabalho produtivo e improdutivo. Na verdade, ela acaba representando um avanço em relação às "Teorias", o que inclui, inclusive, a utilização deste conceito para a discussão do que Marx chamou de serviços produtivos. Infelizmente, a confusão das "Teorias" acaba se repetindo - num outro plano - nos Livros II e III com Marx tentando reinventar o conceito de "produção" na fase da circulação, dando origem a novas confusões e contradições.

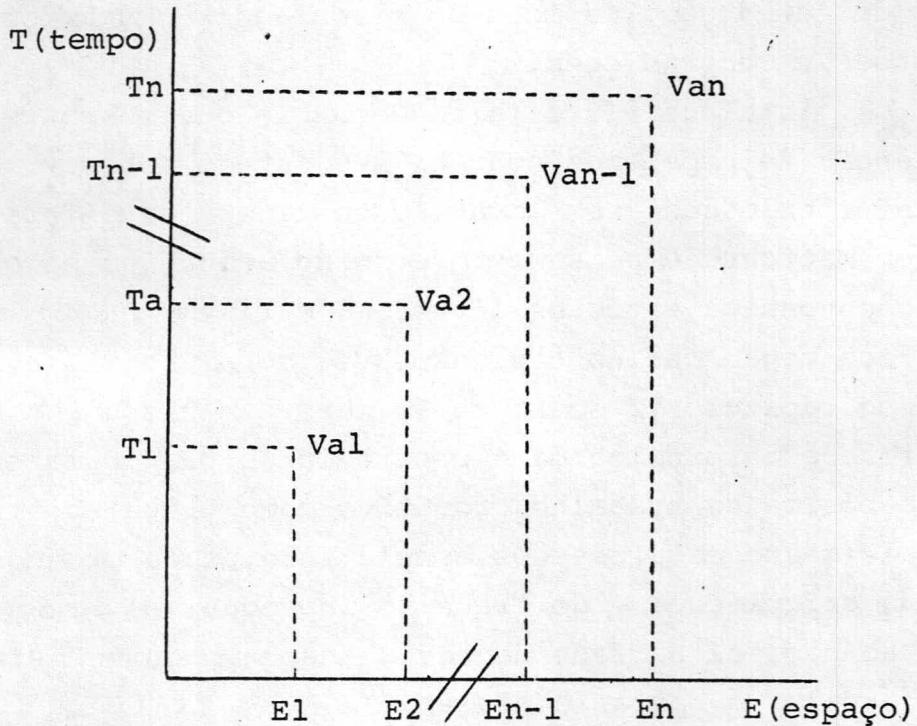
Esta não é a opinião de Rúbin que mesmo reconhecendo a existência de problemas conclui seu estudo sobre trabalho produtivo afirmando que "sem levar em consideração diferenças secundárias em matizes de pensamento e formulação, não encontramos contradições básicas entre os livros II e III de "O Capital". Isto não significa negar que no capítulo XVII do Livro III e, particularmente no capítulo VI do Livro II, existem passagens divergentes, obscuridade terminológica e contradições particulares, mas a concepção básica de trabalho produtivo como trabalho empregado pelo capital (mesmo em processos complementares da produção levadas a cabo na circulação) e de trabalho improdutivo como trabalho que serve ao capital na fase de circulação pura ou na "metamorfose formal" do valor é bastante clara".⁵⁸

4.3 - Valor e valor de troca: a representação do valor de troca no espaço-tempo.

O prolongamento da mercadoria no espaço-tempo leva à diferenciação entre valor e valor realizado que corresponde - tentaremos mostrá-lo agora - ao conceito de valor de troca. Por enquanto, admitimos, apenas, a coincidência entre valor realizado e valor de troca. Sua representação no espaço-tempo implicará em virtuais alterações, seja pelo deslocamento da mercadoria no espaço (custo de transportes) ou no tempo (custo de estocagem) de modo que o valor de troca será certamente distinto ponto por ponto. O número de pontos é oscilante e dependerá, entre outros fatores, da transportabilidade e grau de perecibilidade da mercadoria

ria. Supondo-se, para simplificar, uma certa linearidade na evolução da mercadoria de forma que a um determinado ponto no espaço corresponda um ponto distinto no tempo, teremos n valores correspondentes aos pares ordenados $[E_1, T_1]$, $[E_2, T_2]$ ----- $[E_n, T_n]$ (ver Figura 1).

FIGURA 1



Estes n valores serão distintos ou não de forma que $Val < Va_2 < \dots < Van-1 < Van$. Suponhamos a existência de outra mercadoria (B) cujo prolongamento no espaço-tempo leva aos valores de troca $Vbl < Vb_2 < \dots < Vbm-1 < Vbm$ correspondendo a m pares de pontos no espaço-tempo. Generalizando, imaginemos uma Késima mercadoria correspondendo a s pontos no espaço-tempo tal que $Vkl < Vk_2 < \dots < Vks-1 < Vks$. Teremos, então, K vetores de valores de troca, cada qual contando n, m ... ou s valores de troca:

$$A = \begin{bmatrix} Val \\ Va_2 \\ \dots \\ Van-1 \\ Van \end{bmatrix}, \quad B = \begin{bmatrix} Vbl \\ Vb_2 \\ \dots \\ Vbm-1 \\ Vbm \end{bmatrix}, \quad \dots, k = \begin{bmatrix} Vkl \\ Vk_2 \\ \dots \\ Vks-1 \\ Vks \end{bmatrix}$$

Segundo Marx, qualquer mercadoria "assume a forma de equivalente por ser diretamente permutável por outra".⁵⁹ Em princípio, toda a mercadoria é, teoricamente, um equivalente do conjunto de mercadorias. Em nosso caso, a representação da forma geral do valor (que pressupõe um equivalente) enfrenta uma certa dificuldade. Cada mercadoria possui múltiplos valores de troca assim como a mercadoria eleita como equivalente. Suponhamos que K seja o equivalente a partir do qual expressaríamos os valores relativos de A, B, Assim, teríamos n valores relativos entre A e K supondo-se, por exemplo, V_{k1}, o equivalente e n x s levando-se em consideração todos os valores assumidos por K. Da mesma forma, teríamos m x s valores relativos de B em relação a K e assim por diante:

<u>A → K =</u>	<u>Val</u>	<u>Va2</u>	<u>....</u>	<u>Van-1</u>	<u>Van</u>
	V _{k1}	V _{k1}		V _{k1}	V _{k1}
	<u>Val</u>	<u>Va2</u>	<u>....</u>	<u>Van-1</u>	<u>Van</u>
	V _{k2}	V _{k2}		V _{k2}	V _{k2}
	<u>....</u>	<u>....</u>	<u>....</u>	<u>....</u>	<u>....</u>
	<u>Val</u>	<u>Va2</u>	<u>....</u>	<u>Van-1</u>	<u>Van</u>
	V _{ks-1}	V _{ks-1}		V _{ks-1}	V _{ks-1}
	<u>Val</u>	<u>Va2</u>	<u>....</u>	<u>Van-1</u>	<u>Van</u>
	V _{ks}	V _{ks}	<u>....</u>	V _{ks}	V _{ks}

De duas alternativas, poderíamos ficar com apenas uma: ou bem as mercadorias A, B, ..., K representam não somente K mercadorias, mas múltiplos de K, o que implica que a cada valor de troca de, por exemplo, A, corresponda uma mercadoria e que, portanto, A não represente apenas uma mercadoria, mas um conjunto de n mercadorias, ou bem o conceito de valor de troca é distinto, qualitativa e quantitativamente, do conceito de valor.

Suponhamos que a primeira seja a alternativa correta. Neste caso, o valor relativo das mercadorias - que se nos apresenta como virtualmente idêntico ao valor de troca, já que constitui sua forma de manifestação concreta - poderá indicar relações de troca prováveis e improváveis. Digamos o valor relativo V_{a2}/V_{k1} onde k1 faz o papel de equivalente. V_{a2}/V_{k1} será uma relação de troca

provável se a_2 e k_1 estiverem no mesmo ponto do espaço-tempo. Caso contrário, teremos uma relação improável que pode significar, por exemplo, a comparação entre duas mercadorias em dois pontos distintos no espaço sendo que elas podem igualmente vir a existir, no mesmo ponto. Ou senão, a comparação de duas mercadorias em dois pontos distintos no tempo como o valor da produção de arroz em 1980 com o da produção de milho em 1975. Estamos diante, pois, não de um conjunto de relações de troca concretas, mas de uma série de construções abstratas, isto é, de um mundo de pseudo-concreticidade.

Segundo Rubin, Marx, ao analisar a diferença entre valor e valor de troca, toma como ponto de partida "a afirmação de um fato bem conhecido da economia mercantil, o fato de que todas as mercadorias podem ser igualadas umas às outras e o fato de que uma determinada mercadoria pode ser igualada a uma infinidade de outras mercadorias. Em outras palavras, o ponto de partida de todo o raciocínio de Marx é a estrutura concreta da economia mercantil e não o método puramente lógico de comparação de duas mercadorias entre si".⁶⁰ Vale dizer, o raciocínio de Marx parte do pressuposto da "múltipla igualação das mercadorias entre si ou do fato de que toda mercadoria pode ser igualada a inúmeras outras mercadorias"⁶¹ sem que isso implique na sua mera comparação lógico-formal.

Na realidade, esta comparação lógico-formal leva a uma série de relações abstratas, pseudo-concretas e, em muitos casos, absolutamente incongruentes. Por outro lado, o fator que permite a múltipla igualação das mercadorias não é o valor de troca e sim um conteúdo dele diferenciável, ou seja, o valor. Temos, assim, de estabelecer a real diferença entre os conceitos de valor e valor de troca.

Na verdade, o conceito de valor contém três aspectos fundamentais: primeiro, a magnitude do valor que, acertada nossa hipótese, redundaria na diferença quantitativa entre valor e valor de troca. Segundo, a forma do valor que caracterizaria o valor como "forma social", ao passo que o valor de troca representaria a forma concreta através da qual se expressaria a "forma social". Terceiro, o valor se caracterizaria pelo seu conteúdo, uma vez que não conteria qualquer tipo de trabalho. Acreditamos que sob estes três

aspectos, o valor se diferencia do valor de troca, embora apenas os dois últimos tenham sido objeto de estudo de Marx e dos marxistas.

Consideremos, por enquanto, o segundo aspecto, isto é, a diferença entre valor e valor de troca quanto à forma. Para Rubin, "Marx analisa a 'forma-valor' (wertform) separadamente do valor de troca (tauschwert). Para incluir a forma social do produto do trabalho no conceito de valor, temos de dividir a forma social do produto em duas formas: wertform e tauschwert. Pela primeira, entendemos a forma social do produto que ainda não está concretizada em coisas determinadas, mas representa uma propriedade abstrata das mercadorias (...). Para incluir a forma-valor no próprio conceito de valor, temos de separá-la do valor de troca, que é tratado separadamente do valor por Marx. Dividimos, assim, a forma social do produto em duas partes: a forma social que ainda não adquiriu uma forma concreta (ou seja, 'forma-valor'), e a forma que já possui uma forma concreta e independente (ou seja, valor de troca)".⁶²

Em nosso exemplo, a representação do valor de troca da mercadoria A no espaço-tempo (digamos, Va2) significa uma forma concreta e independente, o que, anteriormente, descrevemos como "valor realizado". Nesse sentido, o valor de troca é, sobretudo, um fato consumado, ao passo que o valor enquanto forma social assim o é enquanto valor intercambiável. Em outras palavras, o valor de troca nada mais é do que uma concretização do valor em seu aspecto de forma-social, isto é, do valor em seu potencial de intercambialidade.

Assim, o valor de troca na própria medida em que representa o valor enquanto valor concretizado (realizado) perde toda a capacidade potencial de intercambialidade. Por isso, o valor de troca de uma mercadoria situado em determinado ponto do espaço-tempo é, em certo sentido, associal, restrito e específico. Embora represente a própria concretização da sociabilidade do valor, ele, em si mesmo, não é social e na medida em que, erradamente, assim o consideremos, estaremos construindo uma série de relações abstratas, pseudo-concretas e inverossímeis.

Nesse ponto, temos de estabelecer a exata "fronteira" en-

tre o valor em sua forma social, isto é, o valor e seu potencial de intercambialidade e o valor de troca, isto é, o valor concretizado (realizado).

Vimos no item anterior que os chamados custos de circulação estão fadados a certa aleatoriedade que permeia, inevitavelmente, toda a fase da circulação. Isto romperia com a possibilidade do estabelecimento de uma certa regularidade no ato de troca que deixaria de ter um caráter eminentemente aleatório. Assim, mesmo que cristalizado, o prolongamento da mercadoria no espaço-tempo passa por diversos "acidentes" que terminam por alterar o valor de troca das mercadorias. Entretanto, a própria estrutura lógica de uma economia mercantil convive com uma certa regularidade dos atos de troca (ou de suas proporções). Esta relativa estabilidade que não pode ser explicada pela aleatoriedade da circulação (até pelo contrário) exige uma outra suposição (além da "múltipla igualação das mercadorias entre si") que consiste, nas palavras de Rubin, no seguinte: "assumimos que a troca de um quarter de trigo por qualquer outra mercadoria está sujeita a alguma regularidade. A regularidade desses atos de troca deve-se à sua dependência do processo de produção. Rejeitamos a premissa de que um quarter de trigo possa ser trocado por qualquer quantidade arbitrária de ferro, café, etc. Não podemos concordar com a premissa de que as proporções de troca sejam estabelecidas a cada vez, no próprio ato de troca e que tenha, portanto, um caráter puramente acidental. Pelo contrário, afirmamos que as possibilidades de troca de uma mercadoria determinada por qualquer outra mercadoria estão submetidas a certas regularidades baseadas no processo de produção".⁶³

Esta propriedade específica do processo de produção permite que, dentro dele, a mercadoria adquira total independência do espaço-tempo. Ou seja, ao inverso do valor de troca que é caracteristicamente determinado no espaço-tempo, o valor da mercadoria determina-se no processo de produção que, dada a sua unidade e regularidade, permite a realização de um corte teórico-metodológico que leva a uma abstração do espaço-tempo: em certo sentido, o conceito de valor da mercadoria é a-espacial e a-temporal, abstração permitida pela própria natureza do processo de produção.

O conceito de valor requer, portanto, uma separação nítida entre produção e circulação. Neste caso, produção é todo processo unitário e relativamente regular que conclui por um produto caracterizado por determinado valor de uso, ao passo que a chamada "produção dentro da circulação", mesmo dotada, em alguns casos, de uma certa unidade e regularidade, não altera o valor de uso das mercadorias, permitindo, apenas, o seu prolongamento através do espaço-tempo. Em seu conjunto, a circulação é sempre irregular e desagregadora, despojada da necessária unidade existente na fase de produção.

Retomando o nosso exemplo, poderíamos dizer que a separação entre produção e circulação permitiria um corte e uma nova distinção entre valor e valor de troca. No caso da mercadoria A, o valor de troca da mercadoria em cada ponto do espaço-tempo desdobrar-se-ia em valor da produção (Va) e custos de circulação (Cai , sendo $i = 1, 2, \dots, n-1, n$). Assim,

$$\begin{bmatrix} Val \\ Va2 \\ \dots \\ Van-1 \\ Van \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} Va + Cal \\ Va + Ca2 \\ \dots + \dots \\ Va + Can-1 \\ Va + Can \end{bmatrix} = Va \begin{bmatrix} 1 \\ 1 \\ \dots \\ 1 \\ 1 \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} Cal \\ Ca2 \\ \dots \\ Can-1 \\ Can \end{bmatrix}$$

Agora, a existência de um "novo" conceito de valor (Va), independente do prolongamento da mercadoria no espaço-tempo, permite a construção de relações de troca reais (embora não-concretas), ao contrário da situação anterior que envolvia a construção de uma série de relações inverossímeis, formais e abstratas.

Na realidade, a distinção entre valor (Va) e valor de troca (Vai , $i = 1, 2, \dots, n-1, n$) não se prende apenas à necessidade de um corte simplificador tendo em vista a existência de uma realidade caótica, mas à própria natureza do processo que confere ao valor propriedades insubstituíveis. Em certo sentido, o conceito do valor é abstrato na medida em que não se manifesta concretamente nos n pontos do espaço-tempo, embora seja absolutamente real e esteja presente (através do valor de troca) nestes mesmos n pontos.

É esta propriedade de estar e não-estar (que permite, inclusive, o afastamento da análise do mundo da pseudo-concreticidade) que diferencia basicamente o valor enquanto forma social e o valor de troca. No nosso exemplo, o valor de troca Va_2 é apenas (e nunca vai além disso) valor de troca no ponto Va_2 , ao passo que o valor (Va) expressa-se não só como valor em va_2 , mas em Val , Va_3 , Van , etc. É por isso que, contraditoriamente, o valor de troca, a despeito de constituir a expressão concreta da forma social do valor, é, em si mesmo, associal, já que se restringe a determinado ponto do espaço-tempo.

É exatamente nesse ponto que o serviço que ora discutimos, isto é, o "serviço de circulação" apresenta características semelhantes ao "serviço de produção" e que Marx caracterizou nas "Teorias" como processo de produção. Na verdade, o "serviço de produção", como já sugerimos no item anterior, não se distingue no espaço-tempo da circulação e, nesse sentido, ele é produzido e circula em um mesmo ponto do espaço-tempo. O exemplo é a aula do professor, o teatro, o médico ou o circo. Assim, o "valor" do serviço é estabelecido em determinado ponto do espaço-tempo, o que significa que ele existe sempre na forma de valor de troca e não adquire, portanto, a forma social do valor. Em outras palavras, o serviço, na medida em que restrito a um determinado ponto do espaço-tempo, ou seja, o ponto onde é produzido, é valor de troca associal e não tem a propriedade de estar e não-estar do valor em sua forma social. Isto significa que, mais uma vez, os "serviços de produção" detêm propriedades semelhantes aos "serviços de circulação" e, por outro lado, distintas das propriedades "normais" das mercadorias.

Finalmente, cabe observar que, além da diferença qualitativa entre o valor enquanto forma social e o valor de troca, existe, no caso dos serviços de circulação, a diferença no tocante à magnitude do valor e do valor de troca. Este fato, não destacado por Marx, exatamente devido à incongruência em sua definição de trabalho produtivo e improdutivo, deve-se à inclusão, ao valor da produção, dos custos de circulação - quaisquer que sejam - que definem o valor de troca da mercadoria em determinado ponto do espaço-tempo. Em nosso exemplo, o valor da mercadoria é sempre Va que ex-

pressa determinada quantidade de trabalho e que pode se distinguir quantitativamente dos valores de troca (ou seja, Vai onde $i = 1, 2, \dots, n-1, n$). Assim, temos que Vai \geq Va que expressa as eventuais diferenças quantitativas entre valor e valor de troca.

Por ora, discutimos a diferença entre valor e valor de troca abordando as diferenças quanto à forma e à magnitude. Resta completar a discussão abordando as diferenças quanto ao conteúdo ou substância do valor, o que faremos a seguir.

4.4 - Trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho produtivo e improdutivo

Segundo Marx, "Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico e, nessa qualida de de trabalho humano igual ou abstrato cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso".⁶⁴

Dois fatores podem ser observados nesta definição. O primeiro é o de que o conceito de trabalho abstrato confunde-se com um conceito puramente fisiológico, interpretação assumida, por exemplo, por Kautsky: "Por um lado, o trabalho se nos aparece como um dispêndio produtivo de força de trabalho humano em geral; por outro, como atividade humana específica para obtenção de um determinado objeto. O primeiro aspecto do trabalho constitui o elemento comum a todas as atividades produtivas realizadas pelo homem; o segundo varia com a natureza da atividade".⁶⁵ O segundo fator baseia-se no fato de que, na própria definição de Marx, é o trabalho abstrato que cria valor, ao contrário do trabalho concreto, que produz apenas valores de uso. É exatamente nesse segundo sentido que alguns outros autores como Rubin desenvolveram o conceito de trabalho abstrato, procurando, de um certo modo, desvincilhá-lo de uma noção puramente fisiológica.

"Para compreender com exatidão a teoria de Marx sobre o trabalho abstrato, não podemos nos esquecer por um minuto de que Marx põe o conceito de trabalho abstrato em nexo inseparável com o

conceito de valor. O trabalho abstrato 'cria' valor, é o 'Conteúdo' ou 'Substância' do valor. A tarefa de Marx não era (como temos observado com freqüência) reduzir o valor, analiticamente, a trabalho abstrato, mas deduzir o valor dialeticamente a partir do trabalho abstrato. E isto não é possível se o trabalho abstrato for compreendido como nada mais que trabalho num sentido fisiológico. Não é, portanto, acidental que os autores que sustentam coerentemente uma interpretação fisiológica do trabalho abstrato sejam forçados a atingir conclusões que contradizem nitidamente a teoria de Marx, a saber, que o trabalho abstrato em si não cria valor. Quem quiser sustentar a bastante conhecida afirmação de Marx de que o trabalho abstrato cria valor e se expressa no valor, deve renunciar ao conceito fisiológico de trabalho abstrato".⁶⁶

Nesse sentido, Rubin não nega a necessidade de existência do trabalho fisiologicamente igual ou homogêneo como pressuposto da divisão do trabalho. "Assim, a igualdade fisiológica do trabalho é uma condição necessária para a igualação e distribuição sociais do trabalho em geral. A origem do sistema social de divisão do trabalho, particularmente o sistema de produção mercantil, só é possível sobre essa base. Quando falamos, portanto, de trabalho abstrato, temos como pressuposto o trabalho igualado, e a igualação social do trabalho pressupõe a homogeneidade fisiológica do trabalho, sem o que a divisão social do trabalho, enquanto um processo social, não poderia ser levada a cabo, de forma alguma".⁶⁷

Parece, pois, que o trabalho abstrato não só é trabalho fisiologicamente igual como também socialmente igualado, mas, ao mesmo tempo, é algo que vai além desta conceituação. "Encaremos a questão: o que entendemos por 'trabalho abstrato', que cria valor e se expressa no valor, segundo a teoria de Marx? Devemos mencionar (...) que Marx não somente queria reduzir analiticamente o valor a trabalho, mas, também, deduzir analiticamente o valor a partir do trabalho. E, deste ponto de vista, é claro que nem o trabalho fisiologicamente igual, nem o trabalho socialmente igualado enquanto tal, criam valor".⁶⁸

Nossa hipótese é a de que nem Marx, nem Rubin respondem a esta pergunta. Rubin, por exemplo, envereda, em várias passagens, pelo conceito de trabalho socialmente igualado. Um pouco adian-

te da passagem citada acima, ele afirma: "(...) da mesma maneira que os produtos concretos do trabalho (sapatos, por exemplo) só mostram seu caráter como valor se o produto despojar-se de sua forma concreta e for igualado a uma dada soma de unidades monetárias abstratas, o trabalho privado e concreto contido no produto só mostra seu caráter social se despojar-se de sua forma concreta e for igualado, numa determinada proporção, como todas as demais formas de trabalho, ou seja, igualado como uma dada quantidade de trabalho impersonal, homogêneo, abstrato, trabalho em geral".⁶⁹

A partir deste ponto, Rubin caminha progressivamente para uma definição do trabalho abstrato a partir de sua capacidade de troca, seu caráter sócio-mercantil:

"Na teoria de Marx sobre o valor, a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato não é um ato teórico de abstração com a finalidade de encontrar uma unidade geral de medida. Esta transformação é um fato social real".⁷⁰ Um pouco mais adiante, ele é mais explícito: "O trabalho abstrato surge e se desenvolve na medida que a troca se torna a forma social do processo de produção, transformando assim o processo de produção em produção mercantil. Na ausência da troca como forma social de produção, não pode existir trabalho abstrato. Assim, à medida que o mercado e a esfera da troca se difundem, à medida que as unidades econômicas individuais são impelidas para a troca, à medida que essas unidades são transformadas numa economia social unificada e, mais tarde, numa economia mundial, ampliam-se as propriedades características do trabalho que chamamos trabalho abstrato".⁷¹ "Quando a troca está restrita aos limites nacionais, o trabalho abstrato não existe ainda em sua forma mais desenvolvida. O caráter abstrato do trabalho atinge sua inteireza quando o comércio internacional vincula e unifica todos os países, e quando o produto do trabalho nacional perde suas propriedades concretas específicas por estar destinado ao mercado mundial e igualado aos produtos do trabalho das mais variadas indústrias nacionais".⁷²

Tudo indica que após estas conceituações - que, diga-se, estão plenamente respaldadas em Marx - Rubin dá-se por satisfeito e passa a responder as eventuais críticas que possam surgir, tendo

em vista sua definição de trabalho abstrato a partir da troca.

Na realidade, esta é uma falsa questão, ou melhor, é uma questão já respondida, pelo próprio Rubin,⁷³ ao diferenciar o valor do valor de troca. No caso, o valor se apresenta como valor intercambiável, potencialmente realizável, ao passo que o valor de troca aparece sempre como fato concretizado e realizado. Nesse ponto, Rubin apenas transfere as propriedades do valor, enquanto forma social, para a conceituação de trabalho abstrato: "O trabalho do produtor de mercadorias é diretamente privado e concreto, mas adquire uma propriedade social complementar, 'ideal' ou 'latente', na forma de trabalho abstrato-geral e social".⁷⁴

Rubin (e Marx) optam por uma definição onde o trabalho abstrato diferencia-se do trabalho concreto, a partir do momento em que se reveste de uma forma social, isto é, adquire a propriedade da universalidade e da intercambialidade geral. Nesse sentido, só se transforma em trabalho abstrato, o trabalho concreto cujo produto é valor social - valor de troca latente - ou, em outras palavras, o trabalho abstrato assim o é por conseguir representar forma social, abstratamente universal.

A definição, evidentemente, é correta e, por si só, seria suficiente para uma redefinição de trabalho produtivo e improdutivo, representando, apenas, uma extensão das propriedades da "forma valor" (comparadas com o valor de troca) analisadas no item anterior. Entretanto, Rubin (e Marx) prometeram-nos algo mais, ou seja, a possibilidade de dedução do valor "a partir do trabalho" e não o que por enquanto está proposto, que não passa de uma distinção e definição do trabalho a partir da forma valor, isto é, justamente o contrário da proposição inicial. Em certo sentido, estamos diante de uma tautologia, na medida em que respondemos à pergunta: que tipo de trabalho produz valor? Encontramos a resposta de que apenas o trabalho abstrato produz valor. Por fim, o trabalho abstrato é definido como aquele que consegue adquirir forma social, isto é, aquele que se transmuta na forma valor!

A pergunta é: considerando que nem todo tipo de trabalho concreto consegue se transmutar em trabalho abstrato, é possível estabelecermos uma distinção entre trabalho concreto-concreto e tra

balho concreto-abstrato? Por enquanto, pela definição de Rubin e Marx, sabemos que a transmutação do trabalho concreto em abstrato requer uma propriedade especial, ou seja, que este trabalho transforme-se num produto abstratamente universal.

Como vimos no item anterior, a universalidade-abstrata da forma valor implica que:

a) o produto do trabalho expressa-se independentemente do valor de troca, isto é, expressa-se na forma valor;

b) a independência do valor em relação ao valor de troca só é possível se estabeleçemos uma diferenciação nítida entre o "valor de produção" e os custos de circulação. Em outras palavras, se estabelecermos uma fronteira nítida entre produção e circulação.

Ora, o trabalho aplicado na circulação é sempre do tipo "concreto-concreto", uma vez que sua concretização dá-se num ponto determinado do espaço-tempo e, nesse sentido, ele é social, e não-universal. Em outras palavras, o trabalho na circulação representa determinada magnitude de valor realizado em um ponto específico do espaço-tempo e, por isso, não é trabalho abstratamente-universal. Por outro lado, o valor de produção de uma mercadoria é, potencialmente, intercambiável em vários pontos do espaço-tempo.

Da mesma forma, os chamados "serviços de produção" são do tipo concreto-concreto, já que, tal como os serviços de circulação, eles se concretizam em apenas um ponto específico do espaço-tempo.

Em outras palavras, os chamados serviços de produção e de circulação não se transformam, em nenhuma hipótese, em trabalho do tipo abstrato-universal e, nessa medida, não produzem valor nem mais-valia. Vale dizer, os serviços de produção e circulação constituem, sem exceção, um exemplo de trabalho improdutivo, uma vez que o trabalho concreto desenvolvido nestas atividades não se transforma em trabalho universal-abstrato.

Por oposição, trabalho produtivo é todo aquele que consegue passar da forma de trabalho concreto para a forma universal-abstrato.

Isso posto, estamos em condições de definir a verdadeira

fronteira entre trabalho produtivo e improdutivo. Latu Sensu, ela resulta, primeiro, da distinção entre produção e circulação e que consiste no fato de que o trabalho aplicado na circulação não altera o valor de uso da mercadoria. E segundo, ela resulta da distinção entre "produção de mercadorias" e "produção de serviços", onde os produtos dos serviços materializam-se em trabalho, ao passo que as mercadorias materializam-se em "coisas" (bens).

Em ambos os casos, isto é, nos "serviços de produção e circulação", o caráter improdutivo do trabalho resulta diretamente de sua imaterialidade, ou seja, do fato de que o trabalho não se materializa numa "coisa" dotada de valor de uso específico. É claro, óbvio, evidente que nem todo trabalho que se materializa numa "coisa" é, necessariamente, produtivo. Temos aqui como válidas as condições estabelecidas por Marx nas "Teorias": "o trabalho tem de ser produtivo para o capital". No entanto, por um lado, o puro e simples assalariamento do trabalho não garante seu caráter produtivo (como pretendia Marx) e, por outro, o não-assalariamento do tipo "produção camponesa independente de mercadorias" pode ser produtivo, na medida em que se subordina indiretamente ao capital. Assim, todo trabalho produtivo resulta, necessariamente, num "bem", embora nem todo "bem" seja, necessariamente, expressão de trabalho produtivo. Portanto, a materialização do produto do trabalho em uma "coisa" é condição preliminar tanto para sua transmutação em trabalho abstrato quanto para sua definição como trabalho produtivo. Voltamos, assim, a Adam Smith, que foi o primeiro economista que defendeu a necessária materialidade do trabalho produtivo.
75

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo ou, senão, a diferença entre produção de "serviços" e a produção de "mercadorias" não tem significado puramente teórico ou apenas conceitual. Na verdade, o conceito de trabalho produtivo e improdutivo assume especial importância em pelo menos dois fatores. O primeiro refere-se ao próprio potencial produtivo e de acumulação do sistema econômico, uma vez que apenas as atividades produtivas podem criar valor e expandir as forças produtivas e de acumulação. O segundo refere-se às propriedades espaciais das mercadorias e dos serviços, cujo entendimento é fundamental para a análise do movimento

do capital e das atividades econômicas no espaço.

Analisemos sucintamente o primeiro fator, já que não constitui objeto específico de nosso estudo. Chamaremos de m a mais-valia global produzida em determinado período de tempo, mc, a mais-valia consumida pelos capitalistas e ma, a mais-valia acumulada. Assim, $m = mc + ma$.

Por outro lado, considere-se que a mais-valia acumulada se subdivida em valores de uso assim especificados: ΔCF , a formação líquida de capital fixo, ΔCC , o aumento do estoque de matérias-primas e outros materiais necessários à reprodução ampliada e ΔCV , o aumento do estoque de alimentos e outros bens de consumo necessários à reprodução da força de trabalho. Nestas condições, $ma = \Delta CF + \Delta CC + \Delta CV$ ou $m = mc + \Delta CF + \Delta CC + \Delta CV$.

A mais-valia global (m) representa o potencial produtivo da economia que é parcialmente consumido (mc) e parcialmente acumulado. Consideremos que os "serviços de produção" pudessem ser produtivos: neste caso, a acumulação de bens-salários (ΔCV), por exemplo, poderia aumentar com a inclusão do "estoque" de serviços, o que é, evidentemente, um absurdo, já que os serviços, por definição, não são estocáveis. Nesse sentido, tais serviços são improdutivos porque não podem compor a soma de valores de uso potencialmente acumuláveis pelo capital. Na prática, a produção de um "bem" de luxo acaba sendo tão improdutiva quanto um serviço fornecido, digamos, à classe trabalhadora. No entanto, a produção de bens de luxo, a despeito de seu destino final, representa sempre um potencial produtivo (e de acumulação), ao passo que a produção de serviços nada representa, nem mesmo em termos de potencial.

O mesmo ocorre com os chamados serviços de circulação. Como valores de uso independentes, os serviços de estocagem e de transportes não podem ser estocados e, consequentemente, aumentar o potencial de acumulação. Pelo contrário, podemos afirmar que quanto maior, proporcionalmente, o gasto com transportes e conservação em relação ao produto-valor da economia, menor o seu potencial de acumulação, na medida em que maior quantidade de bens será desviada para reproduzir as atividades de conservação e transportes. Em suma, reduzir-se-ia a formação de capital fixo e circulante (ΔCF ,

ΔCC e ΔCV) em função das necessidades de reprodução daqueles serviços de circulação.

Finalmente, estamos em condições de explicitar as propriedades espaciais das mercadorias e dos serviços. De um lado, temos a universalidade das mercadorias que convergem, gradativamente, do mercado local para o mercado regional, nacional e internacional. Este processo, fruto da característica a-espacial do trabalho abstrato, aparece como processo real que avança com a mercantilização e penetração do capitalismo nos ramos, setores, regiões ou países e com o aumento da própria transportabilidade das mercadorias. Nesse sentido, convém observar que o ouro e a prata desempenham o papel de equivalente geral (dinheiro), dada a sua altíssima transportabilidade e imperecibilidade, que reduzem os custos de conservação e transporte a virtualmente zero. É por isso que o ouro e a prata sintetizam o "ideal" abstrato e universalizante das mercadorias em geral e que permite seu prolongamento ilimitado no espaço-tempo. Assim, é propriedade imanente da mercadoria a capacidade de "viajar" para vários pontos do espaço-tempo, os quais, no caso do dinheiro, tornam-se ilimitados.

Os serviços de produção e circulação, pelo contrário, estão restritos e prisioneiros de um (e apenas um) determinado ponto do espaço-tempo. Nesses termos, é correto afirmar que os serviços (inclusive os de transporte) nunca "viajam"; daí, inclusive, a impossibilidade de sua transmutação em trabalho abstrato.

5 - URBANIZAÇÃO, TERCIARIZAÇÃO E ESPAÇO

A mobilidade espacial das mercadorias e serviços pode ser, de um certo modo, hierarquizada, começando pela forma dinheiro (ouro e prata), de altíssima transportabilidade, passando por vários tipos de mercadorias de alto grau até as de baixo grau de transportabilidade. O grau, no caso, pode ser medido pela proporção inversa entre o custo de transporte e o valor de produção da mercadoria, alterando-se, portanto, em função dos pontos no espaço em que as mercadorias circulam. O ouro, por exemplo, apresenta baxíssimo custo de transporte, independentemente da distância, ao pas-

so que o minério de ferro já possui um custo de transporte relativamente alto. Algumas mercadorias, como os produtos hortícolas, têm sua transportabilidade limitada pela perecibilidade, enquanto outras, como a casa, pela sua própria estrutura física.

Em quase todos os casos, porém, o grau de transportabilidade quase sempre é um conceito relativo, variando em função da órbita espacial em que a mercadoria circula (ou em que se pretenda que ela circule). A própria teoria da base de exportação⁷⁶ classificou as atividades econômicas em domésticas (ou residenciais) e de exportação, conforme estas atividades destinem-se ao mercado interno ou externo, sendo que o conceito de "interno" poderá ser o mercado puramente local, regional ou nacional.

Temos, entretanto, uma nítida e clara fronteira entre mercadorias e serviços, uma vez que aquelas apresentam grau de transportabilidade que vai do grau nulo ao ilimitado, enquanto os serviços - sem exceção - não são, absolutamente, transportáveis, o que inclui as "mercadorias" já embutidas de "custos de circulação".

O método da análise espacial, ou, mais precisamente, o método de análise do movimento do capital no espaço parte justamente da explicitação destas propriedades espaciais dos serviços (in transportabilidade) e das mercadorias (graus de transportabilidade). Em sentido geral, o método pressupõe e preocupa-se não com o valor - conceito absolutamente necessário para a formulação das leis de dinâmica do capitalismo - e sim com o valor de troca. Em outras palavras, o verdadeiro âmbito da análise espacial é a esfera da circulação, pensada não nos termos formais e esquemáticos do Livro II, mas no contexto do espaço-tempo, vale dizer, no contexto da realidade concreta e dos "vários capitais" do Livro III.

Em sentido restrito, o método da análise espacial deve abordar sistematicamente a circulação, seja pensada em termos dos chamados "serviços de circulação", seja em termos dos "serviços de produção" que se confundem no espaço-tempo com a fase de circulação. Tomando-se o ciclo do capital-dinheiro, D - M ^{MP} >----P---M-D, pode-se afirmar que a fase da circulação de qualquer mercadoria consiste no ato de compra de capital produtivo (D-M) e no ato de venda da mercadoria (M-D). No caso dos "serviços de produção", o pro-

duto e a própria produção confundem-se com a fase de circulação, o que corresponderia, no ciclo da mercadoria, à fusão de ---P--- com M-D. Pelo visto, a importância do estudo do capital mercantil produtor de serviços em geral (serviços de produção e de circulação) não se prende, apenas, à definição de formas concretas de rateio da mais-valia e suas eventuais interferências no processo de acumulação de capital.⁷⁷ Na verdade, o processo de circulação é a forma precípua através da qual o capital cristaliza-se no espaço e, nesse sentido, o estudo do movimento do capital no espaço é, em primeiro lugar, o estudo dos serviços.

Por outro lado, na medida em que as diversas formações sociais capitalistas, sejam elas regiões ou mesmo países, têm obri-gatoriamente uma certa configuração espacial, seu estudo, que logicamente pode (e deve) envolver uma análise de fatores puramente sociais ou da própria superestrutura política (o estado), envolve-rá, certamente e necessariamente, (para seu bom termo) a inclusão de categorias eminentemente espaciais, isto é, os vários e diversos serviços necessários à reprodução do capital.

Fugir desta inexorabilidade é pretender ou bem que as formações sociais sejam, cada qual, um capitalismo "involucrado", "fechado", na prática, sem conexões e determinações externas, ou bem que a dinâmica interna destas formações sociais está totalmente ditada pela dinâmica externa. No primeiro caso, a aplicação simples de categorias gerais de dinâmica está fadada ao fracasso, na medida em que tais categorias, para sua aplicação, necessitam de intermediação das categorias espaciais. No segundo caso, a análise é es-camoteada em favor da dialética da "suprema" determinação externa.

É através da análise dos serviços que podemos esboçar uma crítica efetiva à teoria neoclássica das vantagens comparativas bem como avançar na proposição da explicações alternativas do fenômeno da vantagem comparativa e da consequente divisão espacial do tra-balho.

Na realidade, a pretensa imobilidade do capital preten-dida pelos neoclássicos não existe, especialmente se entendemos o capital como uma "coisa", isto é, como capital-mercadoria. Os ser-viços, na verdade, é que são imóveis e não podem ser transferidos,

enquanto produtos, no espaço: ou bem se transfere a própria produção de serviços - e isto requer condições econômicas mínimas - ou bem tronar-se-á inviável a penetração de certas atividades econômicas em determinados pontos no espaço. O mesmo ocorre com a pretensa imobilidade da força de trabalho, particularmente das várias categorias de trabalho complexo: o que é imóvel é a produção de serviços necessários para sua reprodução ou mesmo "produção" de trabalho complexo. Nesses termos, o postulado neoclássico da imobilidade dos fatores de produção é absolutamente inverossímil, já que tais fatores - todos, sem exceção, representados por mercadorias - são potencialmente reprodutíveis em qualquer ponto do espaço. O que de fato inviabiliza certas localizações é a necessidade dos serviços de circulação e dos serviços de produção (necessários à reprodução da força de trabalho).

Nesse ponto, cumpre esclarecer justamente quais são os tipos de serviços mais importantes para a localização e concretização das atividades produtivas no espaço. Resumidamente, podemos diferenciar três tipos de serviços importantes para a construção de certos parâmetros locacionais. O primeiro consiste na transformação do dinheiro em meios de produção e envolve uma série de serviços conexos de transportes e decomercialização, que podem ser sistematicamente barateados na medida em que avançamos em direção a um centro urbano complexo. O segundo baseia-se na própria compra e venda de força de trabalho, ou seja, na transformação do dinheiro em trabalho produtivo. Este ponto, já enfatizado de uma ou de outra forma por vários autores (Coraggio, por exemplo, tem concepção muito interessante a respeito)⁷⁸ envolve fatores tais como a suficiente atomicidade e adequabilidade do mercado de trabalho às necessidades do capital produtivo. Nesse sentido, quanto mais ampla se torne a diferenciação do trabalho utilizado pelo capital, maior (em termos absolutos) deve ser o mercado de trabalho, de modo a garantir (para o capital) as condições adequadas de fluidez, rapidez no processo de compra ou mesmo poder de barganha no momento da fixação do salário. O terceiro tipo consiste na transformação da mercadoria em dinheiro ($M-D$) que envolve custos de transportes e de comercialização. Estes últimos, por exemplo, podem assumir, inclusi-

ve, formas complexas que implicam na aproximação do "mercado", como no caso da indústria de bens de capital por encomenda.⁷⁹

Por fim, um último tipo seria o "serviço de produção", que teria um efeito indireto sobre a localização das atividades produtivas, uma vez que representam "serviços de consumo", isto é, serviços necessários à reprodução da força de trabalho. Neste caso, a existência destes serviços permitiria a formação e reprodução de um mercado de trabalho amplo e diversificado.

5.1 - Processo de concentração e centralização e a produção de serviços

Voltamos, agora, à problemática do item três deste estudo, onde discutimos a lei (geral) de concentração e centralização das atividades produtivas. Ao que parece, as conclusões ali tiradas são bastante coerentes com os resultados obtidos a partir da diferenciação do trabalho produtivo e improdutivo. Em resumo, o processo geral de concentração e centralização mostrou-se, por si só, insuficiente para explicar o movimento de concentração e centralização das atividades econômicas no espaço.

A razão para esta insuficiência é simples: a lei de concentração e centralização bem como todas as leis de dinâmica do Livro I são tipicamente a-espaciais, uma vez que constituem resultado lógico da própria lei do valor. Vale dizer, estas leis são abstractamente universais ou, em outras palavras, baseiam-se no valor enquanto magnitude, forma e substância resultantes da universalidade abstrata do trabalho.

Castells⁸⁰ vê no fenômeno urbano uma função tipicamente de consumo, concepção que não deixa de ser correta, embora unilateral. Na verdade, o fenômeno urbano surge como uma rede de serviços na circulação (ou que se confunde com ela, no caso dos serviços de produção), constituindo funções muito mais amplas. Podemos afirmar até que o conceito de urbanização confunde-se com o de terciarização e que consiste na gradual, embora progressiva, mercantilização do setor serviços. Sob o capitalismo, mesmo o "desprezado" trabalho improdutivo é sujeito aos grilhões do valor de troca

e, por isso mesmo, passa a se mercantilizar. Dada a sua restrição espacial, os serviços, na medida em que envolvem capitalisticamente, trazem necessariamente um movimento de urbanização, isto é, concentração de atividades terciárias nas cidades.

O movimento de concentração urbana, que nada mais é do que o processo de urbanização (terciarização) das cidades, resulta, de um lado, da própria "capitalização" do terciário e, de outro, do caráter específico dos serviços, isto é, de sua restrição espacial. Mesmo produzindo, exclusivamente, valor de troca, a produção de serviços passa pela ótica empresarial, explora a força de trabalho e se refugia na concentração urbana, tendo em vista sua notória incapacidade de produzir uma riqueza abstrata e universal.

Ao que parece, o movimento de concentração urbana é expressão do movimento geral de concentração do capital, uma vez que o primeiro resulta do puro e simples crescimento expansivo da acumulação do capital, enquanto o segundo é parte deste movimento, no que se refere ao setor serviços, e sintetiza o crescimento extensivo da acumulação de capital no próprio terciário.

No entanto, as semelhanças entre a lei geral e os processos espaciais não se prendem, apenas, ao processo de concentração. A bem da verdade, elas alcançam o próprio processo de centralização, envolvendo, paralelamente, a centralização do capital, de um lado, e a centralização urbana (ou espacial), de outro. Na medida em que avança o processo de acumulação, o que inclui o desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade e das escalas de produção, a distribuição das atividades produtivas tende a se tornar crescentemente discreta. Este processo, reproduzido pelo terciário, leva necessariamente a um movimento de centralização urbana; agora, não apenas de concentração urbana (espacial), mas de centralização, isto é, de crescimento dos grandes centros, à frente ou mesmo em detrimento dos pequenos centros urbanos.

O processo geral de concentração e centralização do capital, ao ser "imitado" pelo terciário, materializa-se na forma de concentração e centralização espacial-urbana, tendo em vista o fato de que a "capitalização" dos serviços - que pressupõe o aumento da escala mínima e da produtividade - só é possível a partir da

da aglomeração espacial. Em outras palavras, os serviços, por não conseguirem realizar o "ideal" abstrato-universal do valor (o que concretamente significa produzir para um mercado "externamente" ampliado), aglomeram-se em determinados pontos do espaço e, ao invés de ampliarem externamente o mercado, ampliam concentrando-o num ponto do espaço. Esta é a forma "miúda", "vulgar", através da qual o trabalho improdutivo tenta ultrapassar as fronteiras do trabalho concreto e alcançar o ideal abstrato-universal. Mais do que isso, é a forma específica, particular, pela qual os serviços, mesmo não produzindo valor, mas, apenas, valor de troca, seguem a dinâmica da lei do valor.

Este processo não é linear e passa, em alguns momentos, por certa descentralização.

Nesse sentido, quanto maior a presença do terciário no processo de reprodução global do capital, mais se acelera a tendência líquida de centralização espacial-urbana e, ao reverso, quanto menor a proporção do terciário em relação às atividades produtivas, desaceleram-se ou mesmo descentralizam-se, momentaneamente, as atividades produtivas.

Na medida em que o processo, a despeito da não-linearidade, resulta numa crescente urbanização e centralização urbana-espacial, obtemos uma diferenciação marcante entre os espaços econômicos. Esta diferenciação implica que determinados espaços passam a deter vantagens comparativas na produção de certos bens, expressas no diferencial do custo de serviços. A medida em que esta vantagem se expressa numa opção locacional, materializa-se a formação de uma renda espacial, cujo limite, em termos de magnitude, será justamente o diferencial dos custos de serviços nos respectivos espaços econômicos. A esse respeito, é oportuno observar que o conceito de renda espacial (renda urbana) acaba sendo o principal indicador econômico do potencial acumulativo de determinado espaço, a partir do qual este ultrapassa ou estagna diante do processo global ("externo") de acumulação.

Antes de mais nada, a região ou o país não passam de uma soma orgânica de centros urbanos de tamanhos e funções variadas. Assim, o problema espacial, seja ele regional, nacional ou internacional é, antes de tudo, um problema urbano e, portanto, pode

ser analisado através do estudo do complexo de serviços existentes na rede urbana.

6 - CONCLUSÃO

Nosso estudo tentou esboçar uma proposta teórica para explicação do fenômeno espacial, vale dizer, da tendência inerente ao capitalismo de promover a concentração espacial (urbana, regional ou nacional) das atividades econômicas.

De início, observamos que as teorias espaciais convencionais pecavam pela abstração, especifismo e, ao mesmo tempo, generalidade excessiva, ao passo que as teorias críticas esbarravam em certa unilateralidade ou, por vezes, em inadequação metodológica. Além do mais, o problema espacial não pode ser mecanicamente abor dado a partir das leis de dinâmica do Livro I de "O Capital", já que seu "locus" é o capital em sua forma pura, isto é, o capital em geral. Assim, somos remetidos para o mundo concreto do Livro III, ou seja, para o mundo dos "múltiplos capitais" ou do "capital em sua realidade", conforme expressão utilizada por Rosdolsky.

Esbarramos, entretanto, no seguinte problema: a fronteira teórico-metodológica entre o Livro I e o Livro III não está bem definida em Marx. Em certo sentido, não está claro em Marx o que é trabalho que produz valor (e, portanto, mais-valia) e trabalho improdutivo. Esta indefinição é a principal responsável pela confusão, verdadeira "selva" teórica, existente sobre o assunto. Para esboçarmos uma interpretação própria, voltamos ao Livro I ou, mais propriamente, aos fundamentos da lei do valor, para a qual utilizamos abundantemente o estudo de Rubin.

Confrontando as próprias idéias de Marx sobre o valor (e, também, de Rubin), chegamos às seguintes conclusões: a) o valor diferencia-se do valor de troca quanto magnitude, forma e conteúdo. b) O conceito de valor é a-espacial e a-temporal, não no sentido de que o valor "abstrai" a existência do espaço-tempo, mas no de que o valor possui a propriedade real, efetiva e concreta de estar e não estar presente no espaço-tempo. c) O trabalho, para ser produtivo, deve possuir a propriedade de se transmutar em trabalho abs

trato-universal, o que requer, como condição preliminar, que o produto do trabalho seja, antes de tudo, uma "coisa".

Esta definição permitiu-nos restabelecer uma fronteira segura entre trabalho produtivo e improdutivo, base metodológica preliminar para a abordagem do problema espacial. Assim, as categorias espaciais são, antes de tudo, aquelas de circulação, compreendida não só como a circulação de mercadorias (compra e venda de meios de produção, força de trabalho e mercadorias finais) como, também, dos "serviços de circulação", que se confundem com a esfera de circulação.

Em sentido lato, a circulação é a forma através da qual o valor se cristaliza e se concretiza no "mundo dos homens", isto é, no mundo real do espaço-tempo. É o mundo do "terra a terra", da briga feroz entre as várias parcelas do capital pelas frações de mais-valia, assim como da luta de classes e da fixação concreta do salário. É, também, dadas as características peculiares da circulação e dos "serviços" que a constituem, a forma de cristalização do capital (e das atividades econômicas que o acompanham) no espaço.

Embora não produzam valor, os serviços produzem valor de troca, o que os leva - sob a égide da lei do valor - a procurar o "ideal" abstrato-universal do mundo das mercadorias. Isto implica que, dada a sua especificidade espacial ("não-viajam"), eles procurem a concentração espacial-urbana, utilizada como um sucedâneo da propriedade "universalizante" das mercadorias.

Pretendemos ter, aí, um ponto de partida para a análise não só do movimento do capital no espaço como, também, para a análise concreta do movimento do capital em geral.

NOTAS

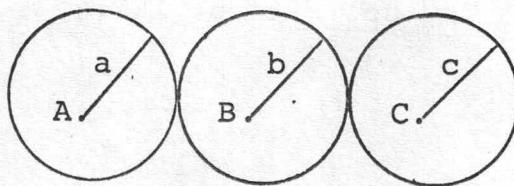
- 1 - A esse respeito, é importante a distinção entre cidade e centro urbano. O conceito de cidade envolve uma concepção geográfico-populacional, enquanto por "urbano" ou urbanização entendemos um processo - capitalista - de formação do "complexo de serviços". Na parte das conclusões, voltaremos a esta definição de urbano.

- 2 - PINTO, A e KNACKAL, J. El sistema Centro-Periferia 20 años después, ECN-327, FACE/UFMG.
- 3 - SANTOS, M. Espaço e sociedade. Rio de Janeiro, 1979, ed. Vozes, Cap. III.
- 4 - RICARDO, D. Princípios de economia política e de tributação. Lisboa, 1975, Cap. II e III.
- 5 - WEBER, A. Theory of location of industries. University of Chicago Press.
- 6 - RICARDO, D. op. cit. Cap. VII
- 7 - OHLIN, B. Comércio interregional e internacional. Oikos-Tau, Barcelona, 1971.
- 8 - OHLIN, B. op. cit.
- 8a - GUZMÁNN, G. A contribuição cepalina. ECN-328, FACE/UFMG.
- 9 - Esta discussão é realizada em detalhes por GUZMÁNN, op. cit.
- 10 - SILVA, S. in PINSKY, J. (org.). Capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec, 1977.
- 11 - Por exemplo, a produção de milho no Brasil e nos EUA, onde se observa uma elevação progressiva da produtividade, o que leva a uma "troca desigual" favorável a este último país.
- 12 - Estes modelos deduzem a troca desigual a partir da suposição da existência de diferentes composições orgânicas (conceito equivalente).
- 13 - MARX, K. O Capital. Livro III, Cap. 38 a 46.
- 14 - São os casos de criação da renda diferencial do tipo II.
- 15 - A esse respeito, J. Cardoso de Melo e J.G. Belluzzo, em seu artigo sobre a crise brasileira, publicado em Escrita nº 1, equivocam-se ao criticar a "teoria do teto", apregoando uma espécie de capacidade ilimitada de expansão dos recursos produtivos sob o capitalismo. Do ponto de vista do capitalismo em geral, isto é certo, ao passo que, do ponto de vista dos "vários capitalismos", é fundamentalmente errado.
- 16 - Acrescente-se a isso a penetração imperialista na própria órbita produtiva - especialmente na indústria de transformação - dos países periféricos, que agravam o problema, tendo em vista as remessas de lucros e similares.
- 17 - Acreditamos que não é por acaso que a literatura atual sobre

a economia brasileira é desconexa e desarticulada, mesmo se considerando, às vezes, o trabalho de um só autor. Isto passou a ocorrer a partir do abandono do marco cepalino.

- 18 - Ver, a respeito de Von Thünen, FERREIRA, C.M.C. A evolução das teorias clássicas da economia espacial. CEDEPLAR, Monografia nº 10, 1975 e AZZONI, C. Roberto. Evolução das teorias de localização da atividade econômica. In: Economia Urbana, IPE/USP, 1982.
- 19 - A formulação básica deste esquema sintetiza-se no conceito de gradiente de renda.
- 20 - A teoria, no caso, tomou a direção dos modelos de programação linear.
- 21 - A localização dos mercados e centros formadores de insumos re-dimensiona a questão locacional na forma proposta por Von Thünen.
- 22 - WEBER, A. op. cit.
- 23 - No caso, os custos a minimizar seriam, preferencialmente, os custos de transportes, "atropelados" em importância, em alguns momentos, pelo custo de transportes e pelas economias de aglomeração.
- 24 - Um exemplo, no caso brasileiro, seria a indústria de cimento em Minas Gerais (localização junto à fonte de matéria-prima) e a indústria mecânica e de material de transporte localizada em São Paulo (evidência de um índice de matérias-primas baixo).
- 25 - Weber distinguiu três tipos de economias de aglomeração. Entretanto, qualquer que seja a definição, chegamos a um conceito semelhante ao de "renda espacial". No final deste estudo, voltaremos à questão da definição de renda espacial.
- 26 - LÖSCH, A. The economics of location. New Haven, Connecticut, Yale University Press, 1954.
- 27 - Ver, sobre a teoria de Cristaller, BERRY, V.L. Brian y GARRISON, William. Ultimos desarrollos de la teoria del central-place. In: SECCHI, B. (de.) Análise de las estructuras espaciales. Editorial G-Gil S.A., Barcelona, 1968.
- 28 - No modelo de Lösch, o custo de transporte é pago diretamente pelo consumidor.

- 29 - O conceito de não-espaco é operacionalizável somente após a formulação do conceito de centro urbano e da estrutura dos "serviços" nele existente, assunto que, pela sua complexidade e especificidade, demanda um estudo próprio.
- 30 - Em Lösch, supõe-se que a empresa tem monopólio absoluto sobre determinada área de mercado (ver figura).



Área de mercado de uma empresa no ponto A: πa^2

Área de mercado de uma empresa no ponto B: πb^2

Área de mercado de uma empresa no ponto C: πc^2

- 31 - BERRY e GARRISON, op. cit.
- 32 - CASTELS, M. La cuestión urbana. Siglo XXI, 1976.
- 33 - CORAGGIO, J. Considerações teórico-metodológicas sobre as formas sociais de organização do espaço e suas tendências na América Latina. Revista de Planejamento, 1979.
- 34 - MARX, K. O Capital, Livro I. Rio de Janeiro, 1967, Civilização Brasileira, Cap. XXIII, p. 726.
- 35 - Ibid, p. 727.
- 36 - MARX, K. El Capital, Libro I, Capítulo Inédito. Siglo XXI, Buenos Aires, 1974, p. 73.
- 37 - ROSDOLSKY, R. Genesis y estructura de El Capital de Marx. Siglo XXI, ed. 1978.
- 38 - A. Emmanuel é o exemplo clássico. Seu modelo iguala o "valor" a nível de países, o que o leva a certas conclusões obtusas.
- 39 - SINGER, P. A economia dos serviços. In: Estudos CEBRAP nº 24, p. 129.
- 40 - MARX, K. Historia crítica de la teoría de la plusvalía. Tomo 1, ed. Brumario, Buenos Aires, 1974, p. 216.
- 41 - Idem.
- 42 - Ibid, p. 220.
- 43 - RUBIN, I. A teoria marxista do valor. Brasiliense, 1980, p. 280.

- 44 - MARX, K. "Teorias (...)", op. cit. p. 222.
- 45 - MARX, K. O Capital, Livro II. Civilização Brasileira, 1971,
Cap. VI e O Capital, Livro III, Civilização Brasileira, 1974,
Cap. XIV a XIX.
- 46 - MARX, K. "Teorias (...)". op. cit., p. 224.
- 47 - A espera depende do tempo de rotação do capital, subdividido,
por sua vez, em tempo de produção e tempo de circulação.
- 48 - MARX, K. Livro II, op. cit. p. 152.
- 49 - Ibid, p. 133.
- 50 - Ibid, p. 153.
- 51 - Ibid, p. 155.
- 52 - Ibid, p. 140.
- 53 - Ibid, p. 142.
- 54 - Ibid, p. 151.
- 55 - Keynes e Kalecki partem do valor realizado, expresso, por exemplo, na forma $Y = C + I$ (Keynes).
- 56 - Esta é, por exemplo, a versão Ricardiana-Srafiana da teoria do valor.
- 57 - Caberia aqui ressaltar o conceito sobre anarquia, implícito na condição "sob o capitalismo".
- 58 - RUBIN, op. cit., p. 291-2.
- 59 - MARX, K. O Capital. Livro I, op. cit., Cap. 1, p. 64.
- 60 - RUBIN, op. cit., p. 124.
- 61 - Idem.
- 62 - Ibid, p. 130.
- 63 - Ibid, p. 124.
- 64 - MARX, K. Livro I, op. cit., p. 54.
- 65 - KAUTSKY, citado por RUBIN, op. cit., p. 147.
- 66 - RUBIN, op. cit., p. 151.
- 67 - Ibid, p. 153.
- 68 - Ibid, p. 156.
- 69 - Ibid, p. 158.
- 70 - Ibid, p. 160.
- 71 - Idem.
- 72 - Idem.
- 73 - Ibid, Cap. 12.

- 74 - Ibid, p. 167.
- 75 - Ver MARX, nas "Teorias", onde faz a crítica à concepção Smithiana de trabalho produtivo material.
- 76 - A teoria de base de exportação foi formulada em sua versão mais interessante por: NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico-regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). Economia regional: textos escolhidos. Convênio CEDEPLAR/CETREDE/MINTER, 1977.
- 77 - Por exemplo, a taxa de juros interfere claramente no processo de acumulação.
- 78 - Ver CORAGGIO, op. cit.
- 79 - A necessidade de aproximação de seu mercado comprador é condição importante para a indústria de bens de capital por encomenda, na medida em que facilita a assimilação da tecnologia requerida pelas empresas clientes.
- 80 - CASTELS, op. cit.